

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBÉIS**

VANESSA DE SOUZA PEREIRA

**O IMPACTO DA POLÍTICA FISCAL DO GOVERNO FEDERAL NA
CARGA TRIBUTÁRIA DO SETOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL: COM
ÊNFASE NO CUSTO UNITÁRIO BÁSICO DE SANTA CATARINA**

CRICIÚMA, JULHO DE 2011

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBÉIS**

VANESSA DE SOUZA PEREIRA

**O IMPACTO DA POLÍTICA FISCAL DO GOVERNO FEDERAL NA
CARGA TRIBUTÁRIA DO SETOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL: COM
ÊNFASE NO CUSTO UNITÁRIO BÁSICO DE SANTA CATARINA**

CRICIÚMA, JULHO DE 2011

VANESSA DE SOUZA PEREIRA

**O IMPACTO DA POLÍTICA FISCAL DO GOVERNO FEDERAL NA
CARGA TRIBUTÁRIA DO SETOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL: COM
ÊNFASE NO CUSTO UNITÁRIO BÁSICO DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para
obtenção de grau de Bacharel, no curso de Ciências
Contábeis, da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Everton Perin

CRICIÚMA, JULHO DE 2011

VANESSA DE SOUZA PEREIRA

**O IMPACTO DA POLÍTICA FISCAL DO GOVERNO FEDERAL NA
CARGA TRIBUTÁRIA DO SETOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL: COM
ÊNFASE NO CUSTO UNITÁRIO BÁSICO DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel no Curso de Ciências Contábeis, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com linha de pesquisa em Contabilidade Tributária.

Criciúma, 06 de Julho de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Everton Perin – Especialista – UNESC – Orientador

Prof. Giovana da Silveira – Especialista – UNESC – Examinador

Prof. Moisés Nunes Cardoso – Especialista – UNESC – Examinador

Dedico esta monografia à todos que contribuíram em parte no meu trabalho. A minha mãe em especial, e a toda minha família, que me incentivaram para a conquista de meus sonhos. E ao meu namorado pelo auxílio e companheirismo durante todos estes anos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder a vida, a saúde, orientação e capacitação para chegar onde estou agora, e por todas as bênçãos que Ele me proporciona todos os dias, me dando forças para seguir em frente.

A minha mãe Vany, que sempre me deu apoio, força e incentivo para a realização dos meus sonhos. Agradeço a sua dedicação e companheirismo, que estiveram presentes em todos os momentos, e estarão sempre. A você minha mãe amiga, a minha eterna gratidão.

Aos meus irmãos, Sabrina e Dioni, pela sabedoria que me propuseram, e o incentivo oferecido para que eu pudesse alcançar meus objetivos.

Ao meu namorado Luiz Kindermann, que esteve presente durante todo este tempo de faculdade, tanto nos momentos alegres, como em momentos tristes, me apoiando sempre. Agradeço a ele por toda dedicação e compreensão, por todo carinho, amor e principalmente pela motivação. E agradeço também pelo auxílio na elaboração deste trabalho. Muito obrigada.

As minhas amigas, Ana Paula, Rúbia e Simone, que tiveram sempre presentes, durante todas aquelas incansáveis noites. Agradeço pela amizade, pelo companheirismo, tanto naqueles momentos de trabalhos, provas, como nos de descontração, de diversão e de gargalhadas. Foram ótimos os momentos que passei com vocês, eles ficaram na memória para o resto de nossas vidas. A vocês devo minha gratidão e amizade eterna.

Ao meu Orientador, Everton Perin, pelo apoio na execução deste trabalho, pelo tempo doado para minhas orientações, e por ter contribuído para ampliar meus conhecimentos.

Aos meus professores, pelos conhecimentos compartilhados e pelos seus valiosos ensinamentos.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho e pela construção da pessoa que sou hoje. Muito Obrigada!

"Bom mesmo é ir à luta com determinação, abraçar a vida com paixão, perder com classe e vencer com ousadia, pois o triunfo pertence a quem mais se atreve. E a vida é muito curta para ser insignificante."

Charles Chaplin

RESUMO

PEREIRA, Vanessa de Souza. **O Impacto da Política Fiscal do Governo Federal Na Carga Tributária do Setor de Construção Civil: Com Ênfase no Custo Unitário Básico de Santa Catarina**. 2010. 62 p. Orientador (a): Prof. Esp. Everton Perin. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

O trabalho focado na Construção Civil, apresenta inicialmente a situação econômica e a carga tributária do país. Posteriormente estes dados são apresentados no setor da Construção Civil, que juntamente com outros setores, enfrentava dificuldades econômicas durante o período de crise financeira em 2008. Com a necessidade de auxiliar os mais prejudicados, o Governo Federal ofereceu incentivos a determinados ramos de atividades, tais quanto, ao setor de informática, de eletrodomésticos, de veículos, de construção civil, entre outros. Para o setor de Construção Civil, foi reduzido o IPI - Imposto sobre Produto Industrializado, de alguns materiais de construção, através do Decreto nº 6.809, e oferecido também melhores condições para financiamento no Programa Minha Casa – Minha Vida. O estudo de caso foi realizado com pesquisas no Sinduscon de Florianópolis, onde foram apresentados os valores que formam o CUB - Custo Unitário Básico, utilizado para base na formação do custo da Construção Civil, e comparados entre os meses em que foi concedido o desconto do IPI para os materiais. Os resultados apresentados foram favoráveis para o setor, a redução do imposto trouxe um custo menor para a construção, e juntamente com outras ações, ganhou força e destaque em sua atividade industrial nos últimos tempos, fazendo parte do desenvolvimento e crescimento do país.

Palavras-chave: Carga Tributária; Políticas Fiscais e Governamentais; Construção Civil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01: Carga Tributária nos Últimos Anos.....	22
Quadro 02: Principais Tributos e seus Índices de Crescimento – 2007/2008	23
Quadro 03: Principais Tributos e seus Índices de Crescimento – 2009/2010	24
Quadro 04: Variações - PIB / Arrecadação de Tributos / Carga Tributária.....	25
Quadro 05: Divisão da Arrecadação Tributária em 1992	26
Quadro 06: Divisão da Arrecadação Tributária em 2010	26
Quadro 07: Variação da Carga Tributária em Alguns Países da OCDE.	28
Quadro 08: <i>Ranking</i> dos Países com as Maiores Cargas Tributárias.....	28
Quadro 09: <i>Ranking</i> dos Países em Desenvolvimento que mais Cobram Tributos ..	29
Quadro 10: NCM e Descrição de Produtos da Linha Branca com Redução de IPI...34	
Quadro 11: Redução de IPI para Veículos.....	35
Quadro 12: Redução no Percentual de IPI para os Materiais de Construção	42
Quadro 13: CUB/m ² Médio no Brasil em 2008	50
Quadro 14: CUB/m ² Médio no Brasil em 2009	50
Quadro 15: CUB/m ² Médio no Brasil em 2010	51
Quadro 16: Séries Históricas do CUB/m ² em Santa Catarina	52
Quadro 17: Número de Estabelecimentos x Número de Trabalhadores na Construção Civil em Criciúma	53
Quadro 18: Variação de Valores dos Produtos que Compõem o CUB	55
Quadro 19: Variação no Preço de Materiais de Construção com Redução de IPI. ...	56
Quadro 20: Variação no Preço de Materiais de Construção sem Redução de IPI. ...	57
Quadro 21: Variação Percentual dos Produtos que Compõem o CUB	57
Quadro 22: Variação Percentual no Preço de Materiais para Construção com Redução de IPI.....	58
Quadro 23: Variação Percentual no Preço de Materiais para Construção sem Redução de IPI.....	58
Quadro 24: Ciclo Provocado pelos Incentivos no Setor de Construção Civil.	60

LISTA DE SIGLAS

- ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- CESAR** – Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife.
- CBIC** – Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil.
- CEF** – Caixa Econômica Federal.
- CGU** – Controladoria Geral da União.
- CIDE** – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.
- COFINS** – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.
- CSLL** – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.
- CUB** – Custo Unitário Básico.
- CUB/M²** – Custo Unitário Básico por Metro Quadrado.
- DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.
- FGTS** – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- FIESC** – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBPT** – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário.
- ICMS** – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
- ICONE** – Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais.
- II** – Imposto de Importação.
- IOF** – Imposto sobre Operações Financeiras.
- IPI** – Imposto sobre Produto Industrializado.
- IR** – Imposto de Renda.
- IRPJ** – Imposto de Renda - Pessoa Jurídica.
- ISS** – Imposto Sobre Serviço.
- NCM** – Nomenclatura Comum do Mercosul
- OCDE** – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
- OMC** – Organização Mundial do Comércio.
- PAC** – Programa de Aceleração do Crescimento.
- PIB** – Produto Interno Bruto.

PIS/PASEP – Programa de Integração Social / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

SAC – Sistema de Amortização Constante.

SENGE – Sindicato dos Engenheiros no Estado de Goiás.

SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus.

TIPI – Tabela do Imposto sobre Produtos Industrializados.

TR – Taxa Referencial.

ZFM – Zona Franca de Manaus.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Tema e Problema.....	13
1.2 Objetivos da Pesquisa	14
1.3 Justificativa.....	15
1.4 Metodologia	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 Economia Brasileira.....	18
2.2 Carga Tributária Geral.....	20
2.2.1 Políticas Governamentais de Fomento à Economia	30
2.2.1.1 Redução/Isenção de Imposto no Segmento de Informática	30
2.2.1.2 Redução/Isenção de Imposto no Pólo Industrial da Zona Franca de Manaus (ZFM)	32
2.2.1.3 Redução/Isenção de Imposto em Eletrodomésticos da Linha Branca ...	34
2.2.1.4 Redução/Isenção de Imposto em Veículos	35
2.3 Setor de Construção Civil no Brasil	36
2.3.1 Economia no Setor de Construção Civil	38
2.3.2 Carga Tributária no Setor	39
2.3.3 Políticas Governamentais Específicas	40
2.3.3.1 Fiscais	40
2.3.3.1.1 Redução/Isenção de IPI para Materiais de Construção	41
2.3.3.2 Não-Fiscais	43
2.3.3.2.1 Programa Minha Casa - Minha Vida.....	43
2.3.3.2.2 PAC – Programa de Aceleração do Crescimento	45
2.3.4 Custos da Construção Civil.....	47
2.4 Setor de Construção Civil no Município de Criciúma/SC	52
3 ESTUDO DE CASO	54
3.1 Caracterização da Entidade.....	54
3.1.1 Missão e Visão Estratégica	54
3.2 Apresentação dos Dados Coletados	55
3.3 O Impacto Econômico-Financeiro no Setor.....	59

3.4 Resultados Adquiridos com a Utilização dos Benefícios Fiscais para o Setor de Construção Civil.....	60
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS.....	64

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, nas últimas décadas, ocorreram grandes evoluções na carga tributária, buscando constantemente, crescimento econômico para o país. O presente trabalho visa demonstrar os índices de variação desta carga tributária, principalmente no ramo de Construção Civil, evidenciando algumas medidas tomadas pelo Governo para redução destes índices para o setor.

Visando um melhor entendimento da Carga Tributária e dos incentivos fiscais concedidos pelo governo, este trabalho tem como intuito abordar um breve histórico da evolução e crescimento dos tributos no Brasil, como também dos incentivos fiscais fornecidos para a Construção Civil, que foram criados para acelerar o crescimento do setor, que até então, estava, assim como vários outros, sendo prejudicados pela crise financeira e econômica que ocorreu em meados de 2008.

Além disto, este trabalho irá apresentar os principais benefícios fiscais oferecidos para outros setores, e que foram utilizados nos últimos anos, voltados também para incentivar diretamente a geração de inovações e crescimento econômico de alguns setores, e do Brasil em geral.

Com o objetivo de verificar a viabilidade dos benefícios governamentais oferecidos às empresas de Construção Civil, este trabalho irá demonstrá-los de forma concisa, com a finalidade de confirmar se realmente trouxeram vantagens às empresas do ramo.

1.1 Tema e Problema

É perceptível em nosso país, que há uma grande evolução nos recursos para a política social, abrangendo aspectos como saúde, educação e infra-estrutura. No entanto, este sucesso alcançado ao longo dos anos pelas entidades governamentais, se dá pelo aumento da carga tributária nacional, que torna maior a arrecadação de tributos ao governo, auxiliando para que ele possa arcar com seus

gastos e ainda estar repassando parte aos contribuintes na forma de benefícios para a sociedade.

Porém a maior dificuldade encontrada no sistema tributário brasileiro é ocasionada pelo aumento significativo dos tributos, que vem ocorrendo ultimamente, trazendo como consequência a redução das atividades formais e ainda afetando diretamente o desenvolvimento empresarial.

No entanto, o presente trabalho irá trazer os índices da carga tributária nacional, mostrando sua evolução no decorrer dos anos. Irá também nos mostrar como é a carga tributária na área de Construção Civil, abordando quais os benefícios fiscais obtidos neste ramo de atividade, propiciados pelos entes governamentais. Além disso, será apresentado um estudo no Custo Unitário Básico da construção, a fim de verificar se trouxeram ou não impactos positivos ao setor.

No decorrer deste trabalho estudaremos então, quais foram benefícios oferecidos a este ramo de atividade, decorrentes das políticas públicas federais de estímulo à Construção Civil. E diante disto questiona-se:

Qual o impacto econômico/financeiro ocasionado no CUB, decorrente das medidas governamentais de redução da carga tributária para a Construção Civil?

1.2 Objetivos da Pesquisa

O objetivo geral deste trabalho consiste em apresentar os benefícios fiscais oferecidos pelo governo, sendo estes, para redução da carga tributária e estímulo no setor de Construção Civil, focando o estudo nos índices do CUB, e verificando assim qual foi o impacto econômico/financeiro causado.

A partir do objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- Levantar na legislação e destacar alguns dos principais benefícios fiscais oferecidos pelo governo;
- Demonstrar as medidas fiscais e não-fiscais para acelerar o crescimento e desonerar o setor de Construção Civil;
- Apresentar o impacto ocasionado neste ramo de atividade, decorrente das medidas governamentais de auxílio à Construção Civil.

1.3 Justificativa

A carga tributária que caminha diariamente em direção ao crescimento, é um assunto cada vez mais noticiado em jornais e televisores, e tem tomado conta de um grande número de pesquisas e publicações. É ela quem faz com que boa parte dos recursos financeiros adquiridos pelas empresas, sejam consumidos através da arrecadação de tributos.

Hoje, sabe-se que o Brasil tem uma das mais elevadas cargas tributárias do mundo, e que grande parte dos rendimentos, tanto de pessoas físicas quanto de jurídicas, são destinados ao pagamento de tributos, o que é comprovado pelo percentual da carga tributária. E para o setor de Construção Civil não é diferente, como também em outros setores, a construção destina grande parte de seu faturamento para pagar tais encargos.

Medidas de desoneração nos tributos foram tomadas por entes governamentais, afim de estabelecer alguns setores no mercado, principalmente após a crise financeira mundial nos últimos tempos. Estas medidas buscavam o nivelamento da economia brasileira, para que o país não sofresse tanto com os efeitos da crise.

A desoneração de tributos para a Construção Civil ainda permanece vigente até o momento e permanecerá ainda por alguns meses. E assim como o crescimento no setor, também são percebíveis aumentos gradativos no poder aquisitivo das pessoas, sendo que o salário médio vem sofrendo alterações positivas. No entanto ainda são necessários estudos, com o intuito de analisar se o crescimento no setor foi realmente ocasionado pelos benefícios governamentais.

1.4 Metodologia

A Metodologia Científica é formada por um conjunto de técnicas e procedimentos utilizados pela ciência, com o objetivo de formular e resolver problemas através do conhecimento, de uma maneira sistemática, conforme Rodrigues (2007). O trabalho científico consiste em informações organizadas

seguindo padrões específicos, com o objetivo de facilitar a compreensão de todos. Segundo Rodrigues (2007) a pesquisa científica é o conjunto de procedimentos sistemáticos, que tem por objetivos encontrar soluções para os problemas propostos, através da realização de pesquisas desenvolvidas e redigidas de acordo com as normas de metodologia oferecidas pela ciência.

A pesquisa utilizada no presente trabalho é considerada exploratória, pois é utilizada para a realização de um estudo preliminar sobre o principal tema da pesquisa, ou melhor, para que se possa ter um maior entendimento sobre o assunto, maior compreensão e precisão. Ela pode ser considerada exploratória quando envolve um levantamento bibliográfico e visa proporcionar uma visão geral sobre determinado fato.

A pesquisa é exploratória conforme Andrade, (2007, p. 114), pois

a pesquisa exploratória é o primeiro passo de todo trabalho científico. São finalidades de uma pesquisa exploratória, sobretudo quando bibliográfica, proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente. Através das pesquisas exploratórias avalia-se a possibilidade de desenvolver uma boa pesquisa sobre determinado assunto.

Ou seja, a pesquisa pode ser considerada exploratória quando é utilizada para realizar um estudo preliminar no que se refere ao objetivo da pesquisa, é quando da familiarização do assunto objeto a ser investigado, com a finalidade de maior compreensão sobre o tema.

A pesquisa considera-se também descritiva, pois permite uma análise profunda nos aspectos sociais e econômicos, relacionados ao tema de pesquisa, referindo-se a uma estrutura básica de investigação. De acordo com Appolinário (2006), quando a pesquisa busca descrever uma realidade, sem nela interferir, dá-se a ela o nome de pesquisa descritiva. Ou seja, os fatos são observados, registrados, analisados e interpretados, sem interferência do pesquisador.

Quanto aos procedimentos, descreve-se como uma pesquisa bibliográfica, abrangendo também um estudo de caso, sendo que, ele compreende leituras realizadas em revistas, jornais, internet, artigos, teses, legislação, assim

como um levantamento de dados extraídos de uma entidade real. Tendo como objetivo conhecer as contribuições científicas sobre o tema desejado, e com isto, demonstrar uma opinião analítica sobre as informações obtidas.

Quanto à abordagem do problema, tem-se uma pesquisa quantitativa. Conforme Appolinário, (2006, p. 61),

a pesquisa preponderantemente quantitativa, por outro lado, prevê a mensuração de variáveis predeterminados, buscando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis. Centraliza sua busca em informações matematizáveis, não se preocupando com exceções, mas com generalizações.

É um método de pesquisa social que utiliza técnicas estatísticas, gerando índices que podem ser comparados ao longo do tempo, permitindo traçar um histórico da informação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, apresenta-se uma caracterização da Economia em Geral, destacando os principais tópicos de sua evolução em nosso país, e a Carga Tributária que sobrecarrega os contribuintes. Será abordado também as Políticas Governamentais que impulsionam a economia brasileira. E adentrará, como foco do presente trabalho, no Setor de Construção Civil, tema este, que será apresentado juntamente com sua situação no mercado, suas particularidades fiscais, bem como, apresentará as políticas governamentais oferecidas para estímulo neste Setor.

2.1 Economia Brasileira

Notavelmente, nos últimos anos percebe-se significativas mudanças na economia do país, tanto em sua estrutura, como a inserção nos mercados internacionais. Mesmo diante de uma crise financeira, segundo Augusto (2010), ainda pode-se afirmar que o país suportou firme as adversidades que atingiram a todos. Estima-se que esta crise financeira, que iniciou em meados de 2006, mostrando-se ao público apenas no ano seguinte, foi ocasionada pela quebra de uma instituição de crédito hipotecário nos Estados Unidos, chamada Lehman Brothers¹, que decretara concordata em 2008, levando consigo várias outras instituições e bancos, arrastando-os em um estilo dominó, e repercutindo principalmente sobre as bolsas de valores de todo o mundo.

Em geral, tanto o Brasil como vários outros países, também sofreram com os reflexos desta crise, e com o congelamento da circulação de dinheiro, os bancos

¹ Lehman Brothers Holdings Inc. foi um banco de investimento e provedor de outros serviços financeiros, com atuação global, sediado em Nova Iorque. Era uma empresa global de serviços financeiros que, até declarar concordata em 2008, fez negócios no ramo de investimentos de capital, venda em renda fixa, negociação, gestão de investimento. Seu negociante principal era o tesouro americano no mercado de valores mobiliários. As suas principais filiais incluíam Lehman Brothers Inc., Neuberger Berman Inc., Aurora Loan Services, Inc., SIB Mortgage Corporation, Lehman Brothers Bank, FSB, Eagle Energy Partners, e o Grupo Crossroads. A sede mundial da empresa estava em Nova Iorque, com sedes em Londres e Tóquio, bem como escritórios localizados em todo o mundo. Em 15 de setembro de 2008, a empresa pediu concordata, já que vinha tendo prejuízos causados pela crise dos subprimes nos Estados Unidos. A apresentação marcou a maior falência em história americana. (International Business Times, 2011).

possuíam dificuldades para tal procedimento. De acordo com Oliveira (2011) “A maior consequência da crise econômica norte-americana para o Brasil é a falta de crédito”, com isso, foram reduzidos os empréstimos em bancos e elevados os juros cobrados sobre eles, o que dificultava a realização dos investimentos necessários para as empresas. Por consequência destas reduções, gastava-se menos e produzia-se menos, com isto, as empresas sentiam a necessidade de reduzir o quadro de funcionários, causando assim, um aumento no nível de desemprego.

De acordo com Augusto (2010),

a indústria brasileira, com certeza, foi o setor mais prejudicado, principalmente pela falta de crédito, mas que graças à ação firme do governo que procurou aliviar a tensão abrindo crédito a determinados setores da indústria, promovendo isenção e redução de impostos, criando incentivos para o fortalecimento do mercado interno, fazendo com que a Economia social² brasileira criasse fôlego, conseguindo segurar, sem grandes traumas, principalmente o setor de emprego que é fundamental para o funcionamento da economia, o que em alguns casos, houve crescimento das taxas de empregos.

Alguns governos agiram com rapidez, adotando medidas como redução de juros, estímulo à produção e a empregabilidade. Naidin, Gadelha e Lemme (2009), citam que o Brasil criou programas de financiamento e subsídios à produção para setores específicos, bem como a redução da carga tributária, com o intuito de buscar a estabilidade da economia brasileira. Os autores afirmam ainda (p. 2) que,

com base nas medidas analisadas no Relatório da OMC³ de março de 2009, as indústrias automobilística, siderúrgica e de calçados têm sido os principais alvos das medidas de apoio adotadas pelos governos de diversos países. Não obstante, outras atividades também têm sido objeto de ações governamentais, por exemplo, a construção civil e a agricultura, no caso do Brasil.

² “A Economia Social consiste num modelo de desenvolvimento que alia a iniciativa privada ao papel do Estado. Constituída por cooperativas, sociedades mútuas, associações e fundações, institui e presta serviços de assistência e de proximidade, contribuindo para o desenvolvimento local e a coesão social”. (Portal da Empresa, 2011)

³ A Organização Mundial do Comércio (OMC) é uma organização internacional criada para coordenar e administrar questões referentes ao comércio internacional. Surgiu ao final da Rodada Uruguai, tendo entrado em funcionamento em 1º de janeiro de 1995. É a organização central do sistema multilateral de comércio, tendo como princípios norteadores a não-discriminação por meio da utilização de regras como a da nação-mais-favorecida, a do tratamento nacional e da transparência, assim como a busca do livre-comércio. Engloba não só acordos referentes ao comércio de bens agrícolas e industriais, como também serviços, propriedade intelectual, solução de controvérsias, regras de origem e outros, buscando assim promover a efetiva liberalização do comércio entre seus membros. (ICONE – Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais, 2011)

Conforme Moreira (2009), “apesar de todos os efeitos negativos gerados pela crise, o desempenho da economia brasileira tem surpreendido os analistas, tendo resultados melhores do que o esperado.” E o autor cita ainda que os subsídios adquiridos já são a garantia de que muitos setores terão desempenho bastante satisfatório, principalmente aqueles que obtiveram desoneração da carga tributária, que é uma fator considerado elevado no país.

Diante disto, pode-se verificar que após a crise econômica, o país alcançou recuperação razoável ao longo dos anos, principalmente em se tratando das indústrias, que seguem com perspectivas de crescimento e recuperação.

2.2 Carga Tributária Geral

Dados da Receita Federal (2011) disponibilizam um conceito de Carga Tributária, que segundo ela, é a junção de arrecadação de todos os tributos ou contribuições, comparados ao PIB – Produto Interno Bruto. E ainda destaca os tributos incluídos neste cálculo, que são os [...] “impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas, contribuições de interesse de categorias econômicas e as contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)”. Confirmando, a Receita Federal (2011) cita que,

a determinação da carga tributária compreende a agregação de todos os pagamentos efetuados por pessoas físicas e/ou jurídicas relativamente aos diferentes tributos ou contribuições para as três esferas de governo (federal, estadual ou municipal) no período de um ano. Esse valor é comparado com o Produto Interno Bruto no mesmo período, resultando em uma medida do esforço financeiro da sociedade para o custeio das atividades estatais.

Já o PIB, de acordo com Amado e Mello (2003, p. 2), [...] “é o valor total da produção de bens e serviços finais obtidos por um país em território nacional, em determinado período de tempo, usualmente um ano. Em geral é medido em unidades monetárias”.

A variação deste índice se dá pelo consumo da população, ou seja, quanto maior o gasto das pessoas, maior será o PIB, e o mesmo acontece com o inverso, conforme o Portal de Notícias UOL (2011), que cita ainda que,

o consumo depende dos salários e dos juros. Se as pessoas ganham mais e pagam menos juros nas prestações, o consumo é maior e o PIB cresce. Com salário baixo e juro alto, o gasto pessoal cai e o PIB também. Por isso os juros altos atrapalham o crescimento do país.

Além destes fatores, o Portal de Notícias UOL (2011), ainda lembra que os investimentos com aquisição de máquinas e equipamentos pelas empresas, também tem influência sobre o PIB, sendo que [...] “se as empresas crescem, compram máquinas, expandem atividades, contratam trabalhadores, elas movimentam a economia”. Assim como as exportações, que fazem com que o dinheiro entre no país e conseqüentemente seja gasto em investimentos e consumo.

O Portal de Notícias R7 (2011) relata que o PIB tem influência direta sobre o bem-estar da população, sendo que,

quando o país está crescendo, as pessoas vão sentir os efeitos, não de forma igualitária, porque isso vai depender da estrutura produtiva e de como o cidadão está inserido, mas a qualidade de vida aumenta, porque, quanto mais se produz, a tendência é que mais empregos sejam gerados, que os preços diminuam e que haja mais disponibilidade de produtos no mercado. Então isso significa não apenas mais renda para gastar, mas também mais produtos disponíveis para compra.

A fórmula para calcular o PIB utilizada atualmente, de acordo com Portal de Notícias UOL (2011) é:

$$\text{PIB} = C + I + G + X - M$$

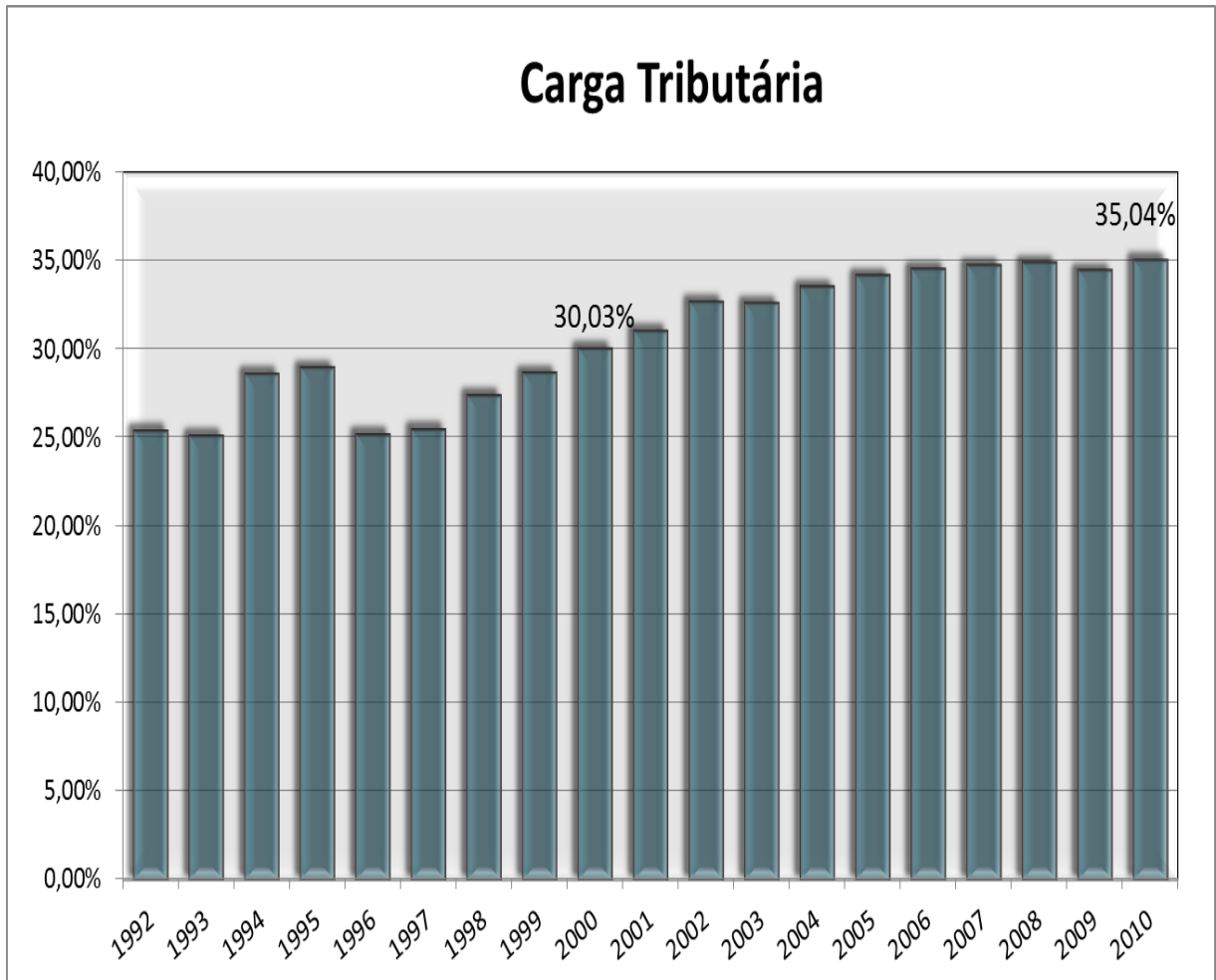
Sendo que:

C representa o consumo privado
 I é a totalidade de investimentos realizada no período
 G equivale aos gastos do governo
 X é o volume de exportações
 M é o volume de importações

O percentual da Carga Tributária, no entanto, é o valor arrecadado de tributos, dividido pelo valor do PIB de um determinado período, que é o mesmo que o total de tributos pagos pela sociedade, dividido pela riqueza que o governo somou.

A carga tributária vem sendo objeto de estudo de muitos pesquisadores nos últimos tempos, e com base nestes estudos, pode-se verificar que de um modo geral ela vem aumentando continuamente, porém se deve ressaltar que isso não ocorreu em todos os anos. Em 2009 por exemplo, houve uma queda de 0,44% na carga tributária em relação ao ano anterior, devido a reforma tributária para manter em alta a economia do país, desonerando alguns tributos de determinados produtos.

O Quadro nº 01 mostra a carga tributária nos últimos anos, onde se é possível comparar o grau e elevação e/ou redução de seu índice.



Quadro 01: Carga Tributária nos Últimos Anos

Fonte: Adaptado de Amaral, Olenike, Amaral e Steinbruch (2011, p. 5)

De acordo Amaral, Olenike, Amaral e Steinbruch (2011), estudos do IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, apontam em média, um acréscimo de 5 pontos percentuais na carga tributária nos últimos 10 anos, passando de 30,03% para 35,04%. O mesmo ainda afirma que, em 2010 a carga tributária bateu recordes, arrecadando 17,8% a mais em relação ao ano anterior, totalizando aproximadamente, 195,05 bilhões de Reais de crescimento face a 2009. Estes números estão expressos nos Quadros abaixo, nº 02 e nº 03, que apresentam os principais tributos e seus índices de crescimento, comparados com o ano anterior, como mostram a seguir:

TRIBUTOS	2.007	2.008	CRESC. R\$ MILHÕES	CRESC. %
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	12,26	17,24	4,98	40,61%
IPI	33,80	39,47	5,66	16,75%
IMPOSTO SOBRE A RENDA	160,17	191,76	31,58	19,72%
DF - IMP. SOBRE OPER. FINANCEIRAS	7,84	20,34	12,51	159,60%
ITR - IMP. TERRITORIAL RURAL	0,38	0,47	0,09	23,01%
CPMF - CONTRIB. MOVIM. FINANCEIRA	36,49	1,15	- 35,34	-96,85%
COFINS - CONTRIB. SEGURIDADE SOCIAL	102,49	120,80	18,31	17,87%
PIS / PASEP	26,72	31,60	4,88	18,27%
CSSL - CONT. SOCIAL LUCRO LÍQUIDO	34,42	43,97	9,55	27,76%
CIDE - COMBUSTÍVEIS	7,94	5,93	- 2,01	-25,26%
FUNDAF	0,37	0,25	- 0,12	-31,34%
OUTRAS RECEITAS	32,08	38,87	6,79	21,18%
TOTAL DA RECEITA FEDERAL	454,95	511,84	56,89	12,51%
INSS - PREVIDÊNCIA SOCIAL	153,36	180,48	27,11	17,68%
TOTAL DA RECEITA FEDERAL + INSS	608,31	692,32	84,00	13,81%
FGTS	42,67	47,37	4,69	11,00%
TOTAL TRIBUTOS FEDERAIS	650,99	739,68	88,70	13,63%
ICMS	187,64	222,22	34,59	18,43%
PREVIDÊNCIAS ESTADUAIS	18,05	17,79	- 0,26	-1,44%
OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS	27,74	29,96	2,22	8,01%
TOTAL TRIBUTOS ESTADUAIS	233,42	269,97	36,55	15,66%
TRIBUTOS MUNICIPAIS	34,98	41,78	6,79	19,42%
PREVIDÊNCIAS MUNICIPAIS	3,85	5,07	1,22	31,77%
TOTAL TRIBUTOS MUNICIPAIS	38,83	46,84	8,02	20,64%
TOTAL	923,24	1.056,50	133,26	14,43%
			-	
PIB	2.597,61	2.889,72	292,11	11,25%
ARRECAÇÃO / PIB	35,54%	36,56%	1,02 pp.	

Quadro 02: Principais Tributos e seus Índices de Crescimento – 2007/2008

Fonte: Amaral, Olenike, Amaral e Steinbruch. (2009, p. 2)

O Quadro nº 02, já nos mostra alguns reflexos ocasionados pela crise financeira, salientando o grande crescimento do IOF – Imposto sobre Operações Financeiras, que teve um aumento de quase 160%, onde tornou-se mais difícil fazer empréstimos e financiamentos junto às instituições bancárias. Abaixo segue o Quadro nº 03, que contém os principais tributos e seus índices de crescimento em 2009 e 2010.

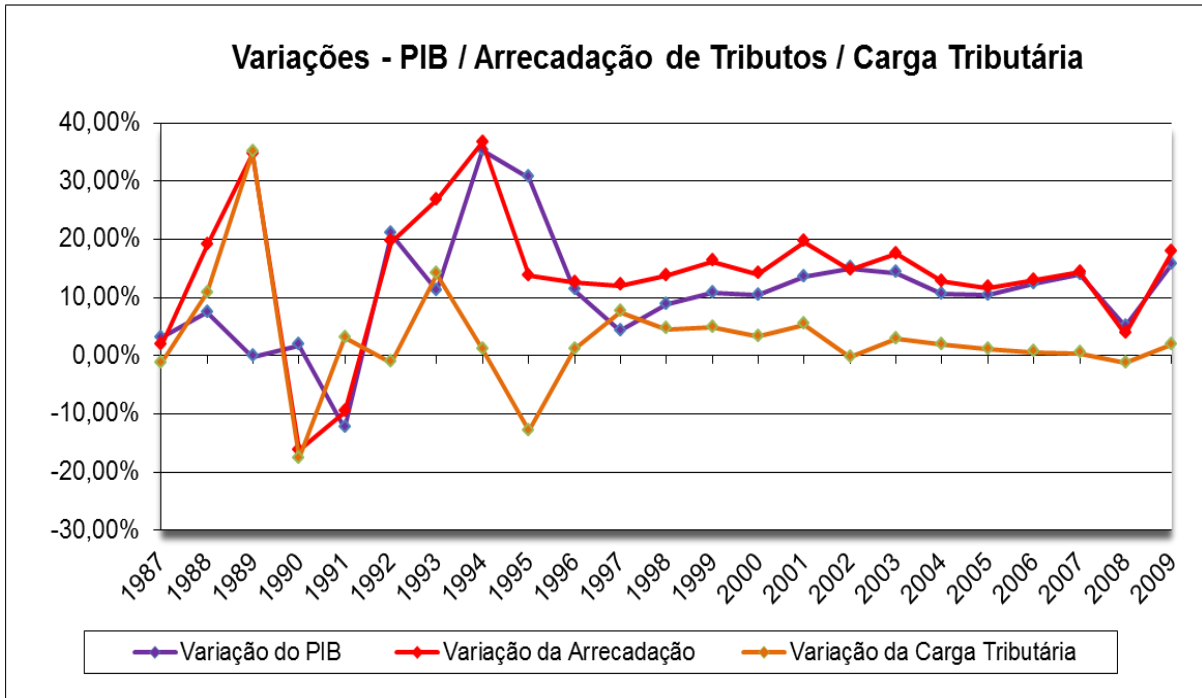
TRIBUTOS	2.009	2.010	CRESC. R\$ MILHÕES	CRESC. %
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	16,09	21,12	9,03	31,26%
IPI	30,75	39,99	9,24	30,05%
IMPOSTO SOBRE A RENDA	191,60	208,20	16,60	8,66%
IOF - IMP. SOBRE OPER. FINANCEIRAS	19,24	26,60	7,36	38,25%
ITR - IMP. TERRITORIAL RURAL	0,47	0,53	0,06	12,77%
CPMF - CONTRIB. MOVIM. FINANCEIRA	0,29	0,12	-0,17	-41,67%
COFINS - CONTRIB. SEGURIDADE SOCIAL	117,89	139,69	21,80	18,49%
PIS / PASEP	31,76	40,55	8,79	27,68%
CSSL - CONT. SOCIAL LUCRO LÍQUIDO	44,24	45,93	1,69	3,82%
CIDE - COMBUSTÍVEIS	4,83	7,74	2,91	60,25%
FUNDAF	0,33	0,43	0,10	30,30%
OUTRAS RECEITAS	46,88	46,13	-0,75	-1,60%
TOTAL DA RECEITA FEDERAL	504,35	599,72	94,62	18,91%
INSS - PREVIDÊNCIA SOCIAL	200,74	233,61	32,87	16,37%
TOTAL DA RECEITA FEDERAL + INSS	705,09	833,33	128,24	18,19%
FGTS	54,78	63,68	8,90	16,25%
TOTAL TRIBUTOS FEDERAIS	759,88	897,01	137,13	18,05%
ICMS	229,35	270,07	40,72	17,75%
PREVIDÊNCIAS ESTADUAIS	20,33	23,61	3,28	16,13%
OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS	36,91	43,09	6,18	16,74%
TOTAL TRIBUTOS ESTADUAIS	286,00	336,07	50,77	17,51%
TRIBUTOS MUNICIPAIS	44,43	50,90	6,47	14,56%
PREVIDÊNCIAS MUNICIPAIS	5,61	6,29	0,68	12,12%
TOTAL TRIBUTOS MUNICIPAIS	50,05	57,19	7,14	14,27%
TOTAL	1.095,92	1.290,97	195,05	17,80%
PIB	3.185,13	3.683,80	498,67	15,66%
ARRECADAÇÃO / PIB	34,41%	35,04%		

Quadro 03: Principais Tributos e seus Índices de Crescimento – 2009/2010

Fonte: Amaral, et al. (2011, p. 3)

O Quadro nº 03 mostra as variações de crescimento ocorridas entre 2009 e 2010, sendo importante apresentar alguns tributos, como o II (Imposto de Importação) e o IOF, que tiveram aumentos superiores a 30% na arrecadação total, no entanto, ficou mais oneroso importar mercadorias e contrair financiamentos bancários. Fato este, ainda resultante da crise financeira mundial, iniciada em 2008. Esta elevação, juntamente com os demais tributos, acarretou em 17,80% nos tributos arrecadados.

Outras informações importantes passadas por Amaral et al. (2011, p. 4), são as evoluções e variações da carga tributária brasileira, que são apresentadas no Quadro n° 04.



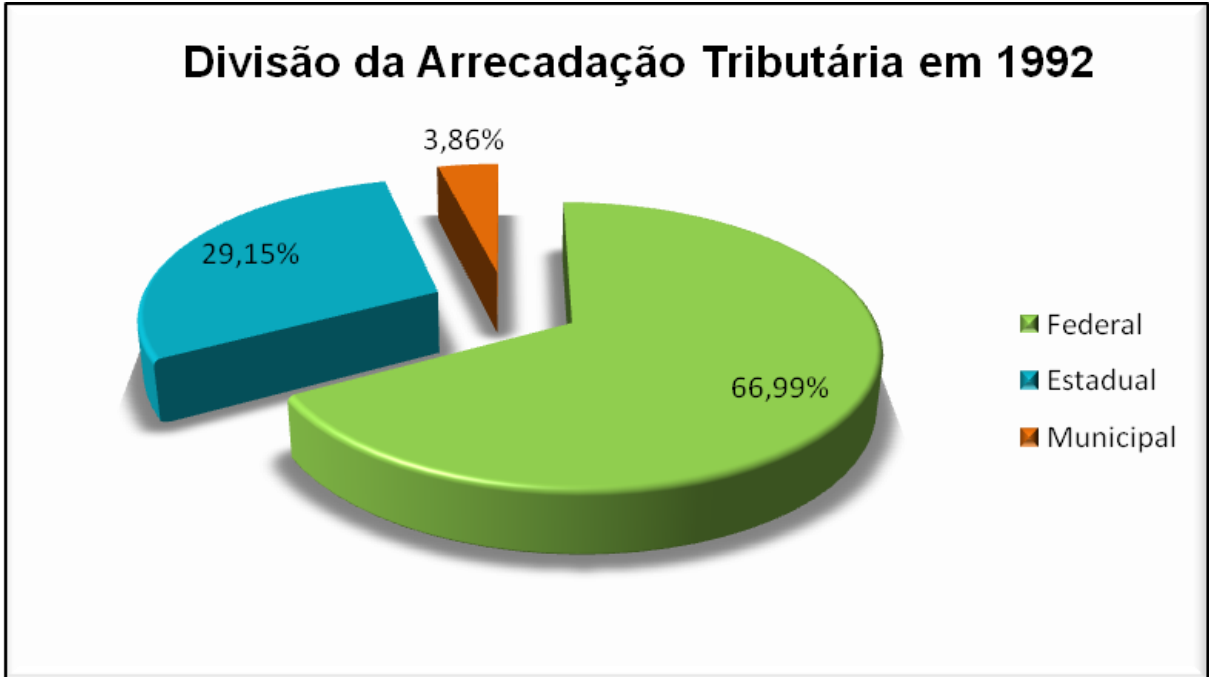
Quadro 04: Variações - PIB / Arrecadação de Tributos / Carga Tributária

Fonte: adaptado por Amaral, et al. (2011, p. 4)

Percebe-se no entanto, que nos últimos anos a variação do PIB e da arrecadação tributária, na maioria das vezes, vem caminhando juntos, ao contrário dos índices mais antigos, apresentados no início do quadro, que se distinguem por diversas vezes. Quando há uma variação maior entre a arrecadação e menor para o PIB, significa dizer que a soma das riquezas geradas no país se reduziu, enquanto os valores arrecadados de tributos aumentou, gerando então uma carga tributária maior, ou seja, incidem mais tributos sobre os produtos adquiridos.

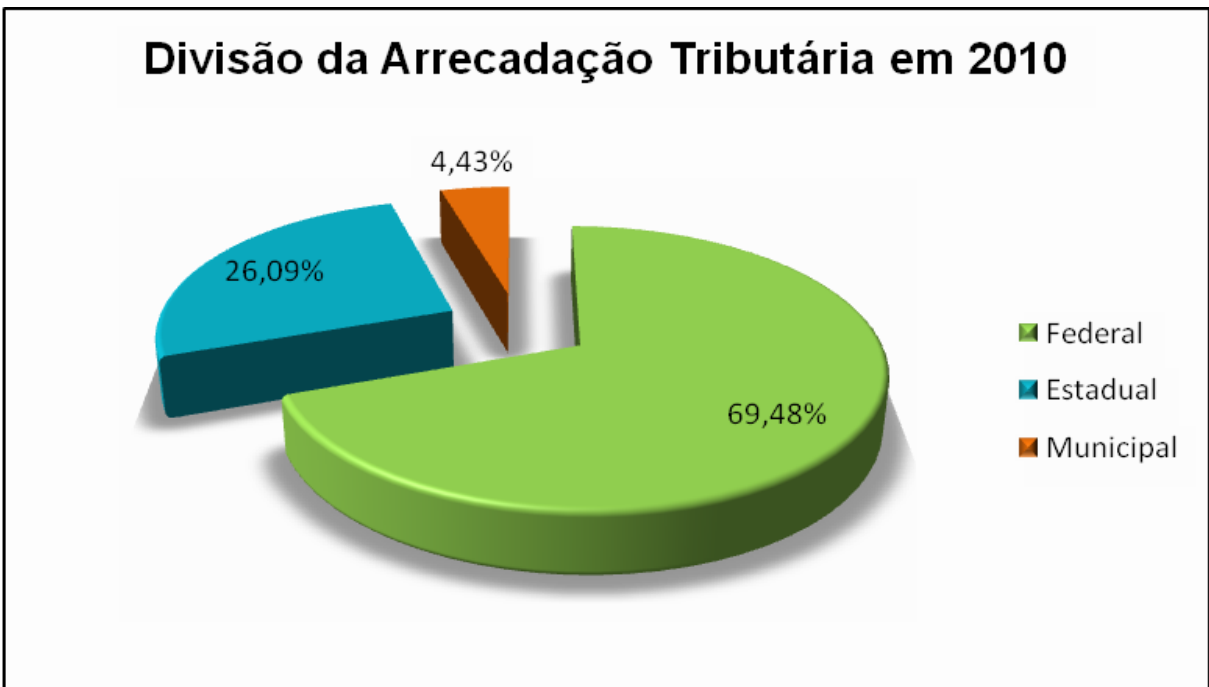
Quando estes dois índices se estabelecem praticamente nos mesmos níveis de elevações ou reduções, a carga tributária não sofre tantas variações, sendo que ela se eleva na medida em que o PIB cresce, no entanto se a riqueza gerada for maior, a carga tributária também será.

Amaral et al. (2011), também apresenta em suas tabelas, uma divisão de tributos entre as esferas Federais, Estaduais e Municipais, como apresentam os Quadros seguintes.



Quadro 05: Divisão da Arrecadação Tributária em 1992

Fonte: adaptado por Amaral, et al. (2011, p. 4)



Quadro 06: Divisão da Arrecadação Tributária em 2010

Fonte: adaptado por Amaral, et al. (2011, p. 4)

Observa-se, no entanto, que os tributos federais são os que mais pesam na carga tributária, de acordo com Amaral, et al. (2011), enquanto o percentual total das arrecadações tributárias em 1992 era de 25,38% sobre o PIB, somente a

arrecadação federal representava 66,99% deste total. E em 2010, tem-se um percentual de 35,04% de tributação sobre o PIB e destes, 69,48% eram equivalentes aos tributos federais.

O autor cita que, nos últimos 10 anos, “[...] enquanto a arrecadação tributária teve um crescimento de 264,49%, o PIB evoluiu somente 212,32%.”, e ainda,

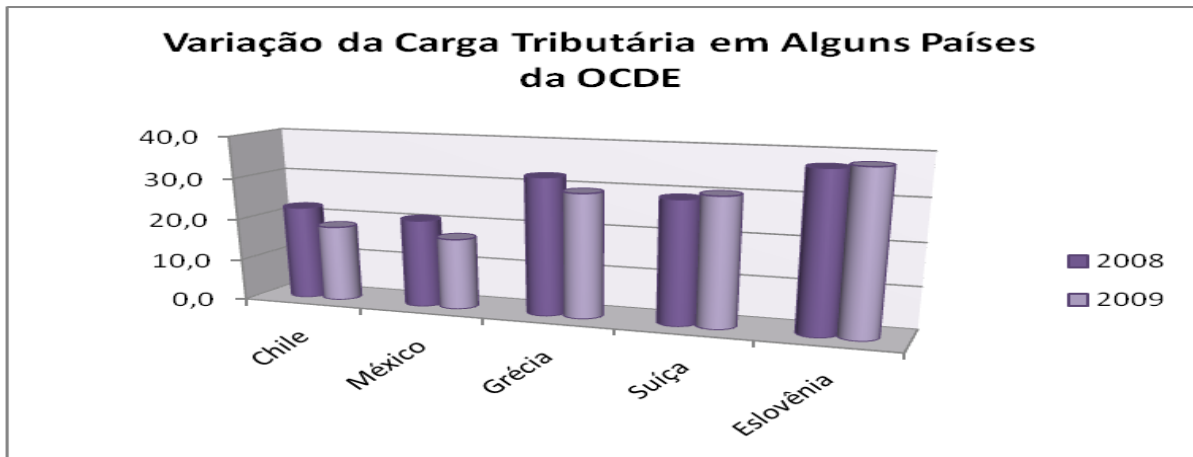
o crescimento da carga tributária brasileira perdurará enquanto não houver a redução das alíquotas dos principais tributos, pois a multi-incidência tributária, característica sem similar em outros países, faz com que arrecadação tributária sempre cresça mais que a evolução do nosso PIB. Amaral et al. (2011, p. 5-6)

É importante comentar também sobre a progressão do *ranking* mundial dos países com as maiores cargas tributárias, apresentada pela OCDE⁴ – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que divulgou em 15/12/2010, dados sobre a arrecadação tributária em relação ao PIB dos países que compõem este grupo⁵. Os percentuais apresentados a seguir, demonstram que, no geral, houve uma queda na carga tributária na maioria dos países entre os anos de 2008 e 2009, Amaral (2011) afirma que isso ocorreu devido ao declínio das atividades econômicas e as reduções nos tributos, motivados pela recessão durante a crise financeira mundial em 2008.

Estatísticas mostram que o Chile, por exemplo, reduziu de 22,5% para 18,2% a sua carga tributária de um ano para o outro, o México, de 21% para 17%, e de 32,6% para 29,4% a Grécia. Mas como em nem todos os países isto ocorre da mesma forma, em alguns deles a tributação foi maior em 2009 comparando-se com 2008, como exemplo, na Suíça, que passou de 29,1% para 30,3% e na Eslovênia, que de 37,2% foi para 37,9%. Mas há de se ressaltar que a queda foi bem mais expressiva (média de 1,9%) em relação à elevação da carga (média de 0,5%). Como mostra o Quadro nº 07.

⁴ A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional e intergovernamental que agrupa os países mais industrializados da economia do mercado. Tem sua sede em Paris, França. Na OCDE, os representantes dos países membros se reúnem para trocar informações e definir políticas com o objetivo de maximizar o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países membros. (CGU – Controladoria Geral da União, 2011).

⁵ Composto pelos países: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Coréia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, República Eslovaca, Suécia, Suíça e Turquia. (CGU – Controladoria Geral da União, 2011).



Quadro 07: Variação da Carga Tributária em Alguns Países da OCDE.

Fonte: adaptado por Amaral (2011, p. 1)

Amaral (2011) faz demonstrações comparando o Brasil ao rol dos membros da OCDE, segundo ele, nosso país estaria ocupando o 18º lugar no *ranking* em 2008 e subiria para o 14º lugar entre os países com as maiores cargas tributárias do mundo em 2009, subindo 4 posições em apenas um ano. Segundo pesquisas do IBPT, como se apresenta no Quadro nº 08, o Brasil seria superado somente pelos os seguintes países:

Ordem de Classificação	Países	% de Carga Tributária
1	DINAMARCA	48,20
2	SUÉCIA	46,40
3	ITÁLIA	43,50
4	BÉLGICA	43,20
5	FINLÂNDIA	43,10
6	ÁUSTRIA	42,80
7	FRANÇA	41,90
8	NORUEGA	41,00
9	HUNGRIA	39,10
10	ESLOVÊNIA	37,90
11	LUXEMBURGO	37,50
12	ALEMANHA	37,00
13	REPÚBLICA TCHECA	34,80
14	BRASIL	34,50

Quadro 08: Ranking dos Países com as Maiores Cargas Tributárias

Fonte: adaptado por Amaral (2011, p. 1)

O que mais surpreende, segundo Amaral (2011), é o fato do Brasil “perder” apenas para os países altamente desenvolvidos, que transformam os tributos arrecadados em benefícios a população, como serviços públicos de

qualidade, garantindo educação, saúde, moradia, entre outros. Nestes países as pessoas não precisam recorrer aos serviços privados para garantir qualidade de vida, ao contrário do que acontece no Brasil. Aqui, além trabalhar aproximadamente 5 meses durante o ano para custear tais tributos, o cidadão ainda precisa trabalhar para pagar ao setor privado da economia, os serviços essenciais que deveriam ser oferecidos pelos governos. Função essa que justifica a cobrança compulsória dos tributos.

Amaral (2011, p. 2), cita que,

o brasileiro, em geral, não é contra o pagamento de tributos, até mesmo porque tem consciência de sua importância para custear a máquina pública. O que lhe angustia e lhe causa revolta é saber que paga — e paga muito — ao governo e não tem um retorno minimamente satisfatório. Além disso, também causa revolta saber que o brasileiro tem que pagar mais tributos do que os habitantes do Reino Unido, do Canadá, da Espanha e dos Estados Unidos, somente para citar alguns outros importantes países desenvolvidos.

É causa de indignação saber, que além de estar no 14º lugar na lista dos países que mais cobram tributos no mundo, o Brasil ainda lidera o *ranking* dos países em desenvolvimento, e fica em primeiro lugar nesta competição, como mostra o Quadro nº 09 a seguir. (Amaral, 2011, p. 3).

1	BRASIL	34,50
2	CORÉIA	25,60
3	TURQUIA	24,60
4	RÚSSIA*	23,00
5	CHINA*	20,00
6	CHILE	18,20
7	MÉXICO	17,50
8	ÍNDIA*	12,10

Quadro 09: *Ranking* dos Países em Desenvolvimento que mais Cobram Tributos

Fonte: adaptado por Amaral (2011, p. 1)

Estes 34,50% referente a Carga Tributária no Brasil, destacados no Quadro anterior, equivalem a R\$ 1,88 trilhão, de acordo com Pedrozo (2010), que afirma ainda a divisão deste número, segundo ela, 1,33% se destinou à saúde, 2,28% à educação, 49,45% foram destinados à Secretaria da Fazenda, e 46,94% à Coordenadoria de Controle da Dívida Pública. Pedrozo (2010) cita ainda que, [...]

“são valores muito maiores para setores que nem sabemos direito o que fazem, e para onde vai esse dinheiro todo”.

2.2.1 Políticas Governamentais de Fomento à Economia

As políticas governamentais, conforme Cristóvam (2005), [...] “podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental, voltados à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado”. Medidas estas, que visam ocasionar o crescimento as empresas, aumentando os resultados, diminuindo os riscos e gerando mais empregos as pessoas. CESAR – Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (2009) apresenta em seu manual, uma série de políticas de incentivo a inovação, que, de acordo com ele são tratadas em particular pelo Governo Federal do Brasil, que apóiam empresas em seus processos de desenvolvimento de produtos e processos inovadores.

Para alavancar a economia do país, o Brasil teve a preocupação de criar e dar vida a políticas públicas de fomento à economia, tanto estimulando o crescimento do mercado nacional, baseado em inovação, como também com incentivos fiscais que proporcionam redução dos impostos e contribuições cobradas pelo Governo. Apresentam-se a seguir alguns exemplos de incentivos/benefícios oferecidos pelo Governo, que beneficiam os contribuintes e a economia do país.

2.2.1.1 Redução/Isenção de Imposto no Segmento de Informática

Um dos importantes incentivos oferecidos pelo governo foi a Lei da Informática, de nº 11.077/2004, que reduz o IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados, de produtos do setor de Sistemas de Informação, que tem por interesse o desenvolvimento da tecnologia no país, desde a sua produção até sua comercialização, gerando empregos e qualificando a mão-de-obra no Brasil. Em

síntese, a Lei da Informática não foi considerada apenas um incentivo fiscal, mas também, uma medida parafiscal⁶, que visava o fomento deste setor no próprio país.

Em contrapartida, para existência deste benefício fiscal, exigiu-se que as empresas beneficiadas investissem ao menos 5% de seu faturamento bruto anual em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação, que deveriam ser aplicadas no país, conforme consta no Decreto nº 5.906/06, art. 8º,

Art. 8º Para fazer jus à isenção ou redução do IPI, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação deverão investir, anualmente, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação a serem realizadas no País, no mínimo, 5% (cinco por cento) do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização dos produtos contemplados com a isenção ou redução do imposto, deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações, nestes incluídos a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e a Contribuição para o PIS/PASEP, bem como o valor das aquisições de produtos contemplados com isenção ou redução do IPI, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, ou do art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, conforme projeto elaborado pelas próprias empresas, a partir da apresentação do Plano de Pesquisa e Desenvolvimento de que trata o art. 22.

A legalidade da redução/isenção do IPI nos produtos pertencentes a este setor, se apresenta no Decreto nº 5.906/06 em seu art. 3º, nos incisos I e II,

I - quando produzidos, na Região Centro-Oeste e nas regiões de influência da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE:

- a) até 31 de dezembro de 2014, são isentos do IPI;
- b) de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2015, as alíquotas do IPI ficam sujeitas à redução de noventa e cinco por cento; e
- c) de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2019, as alíquotas do IPI ficam sujeitas à redução de oitenta e cinco por cento;

II - quando produzidos em outros pontos do território nacional, as alíquotas do IPI ficam reduzidas nos seguintes percentuais:

- a) noventa e cinco por cento, de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2014;
- b) noventa por cento, de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2015; e
- c) setenta por cento, de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2019.

Com isso foi possível, um aumento significativo na informatização do país, com uma maior inclusão de computadores em residências, o que de fato, ocorreu nos últimos anos, além de gerar também uma arrecadação maior por parte do governo. O percentual de tributos incidentes sobre os produtos de informática

⁶ “Diz-se de certos tributos que visam a nivelar os preços ou as riquezas e a reestruturar a economia, mais do que ao mero acréscimo de receitas.” (Dicionário Online de Português, 2011)

reduziram, mas, no entanto as vendas dos mesmos aumentaram significativamente. Foi um benefício coletivo, onde se obteve menores valores para quem compra, maiores faturamentos aos comerciantes e maior arrecadação tributária para o governo.

2.2.1.2 Redução/isenção de Imposto no Pólo Industrial da Zona Franca de Manaus (ZFM)

Um fator de grande destaque entre os benefícios/incentivos fiscais oferecidos pelo governo foi a exoneração de tributos no Pólo Industrial da Zona Franca de Manaus. Sabe-se no entanto, que esta não foi uma medida para desafogar o país durante a crise financeira mundial, pois ele foi criado em anos anteriores. Nosso país sempre adotou medidas para reforçar o crescimento econômico e todo o seu território, e esta, se encaixa em uma delas.

A Zona Franca de Manaus (ZFM), de acordo com SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus (2011), é

é uma Autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que administra a Zona Franca de Manaus - ZFM, com a responsabilidade de construir um modelo de desenvolvimento regional que utilize de forma sustentável os recursos naturais, assegurando viabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida das populações locais.

O pólo abrange os estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e as cidades de Macapá e Santana, no Amapá. As empresas contempladas com os benefícios e que estão localizadas nesta área de atuação, são aquelas dos segmentos de eletroeletrônicos, bens de informática, duas rodas, termoplástico, químico, metalúrgico, mecânico, descartáveis (isqueiros, canetas, barbeadores), entre outros.

O projeto foi criado no ano de 1957 pela Lei nº 3.173, abrangendo do início apenas a cidade de Manaus, porém com os Decretos-Lei nºs 288/67, 291/67 e 356/68 o Governo estendeu estes benefícios por toda a Amazônia Ocidental. Entre estes incentivos, a SUFRAMA (2011) cita que a política tributária vigente é

diferenciada de todo o país, além de vantagens do Governo Federal, as empresas ainda possuem auxílio de políticas tributárias estaduais e municipais, que tem como objetivo, minimizar os custos na Amazônia. A SUFRAMA (2011) também demonstra quais são os incentivos fiscais oferecidos pelo Governo, que segundo ela, para os tributos federais são:

- Redução de até 88% do Imposto de Importação (I.I.) sobre os insumos destinados à industrialização;
- Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (I.P.I.);
- Redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, inclusive adicionais de empreendimentos classificados como prioritários para o desenvolvimento regional, calculados com base no Lucro da Exploração até 2013; e
- Isenção da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins nas operações internas na Zona Franca de Manaus.

Para os tributos estaduais,

- Restituição parcial ou total, variando de 55% a 100% – dependendo do projeto – do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

E para os tributos municipais,

- Isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial urbana, Taxas de Serviços de Coleta de Lixo, de Limpeza Pública, de Conservação de Vias e Logradouros Públicos e Taxas de Licença para empresas que gerarem um mínimo de quinhentos empregos, de forma direta, no início de sua atividade, mantendo este número durante o gozo do benefício. (Lei Municipal nº 427/1998).

Este projeto é composto por um parque industrial de 3,9 mil hectares de terra, estando disponíveis até o momento 2,2 mil hectares para receber novos empreendimentos. Além desta área industrial, adquirida por um preço simbólico, o projeto ainda conta com “infra-estrutura de captação e tratamento de água, sistema viário urbanizado, rede de abastecimento de água, rede de telecomunicações, rede de esgoto sanitário e drenagem pluvial”. SUFRAMA (2011).

Com isso, as políticas para fortalecimento deste pólo industrial estimulam o desenvolvimento regional e criam oportunidades para transformá-las em grandes negócios.

2.2.1.3 Redução/Isenção de Imposto em Eletrodomésticos da Linha Branca

O governo ofereceu também, incentivos aos produtos chamados de “linha branca”, que deu-se pela redução de IPI para geladeiras, fogões, máquinas de lavar roupas e tanquinhos. De acordo com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega (2009), a redução do imposto para estes produtos iria se estender por um prazo de três meses, sendo esta [...] “mais uma medida para aliviar os efeitos da crise global sobre o país e que representará renúncia fiscal de 173 milhões de reais.”

Este incentivo previsto no Decreto nº 6.825/09 reduzia o IPI de produtos como, geladeiras, reduzindo de 15% para 5% a alíquota do imposto, nos fogões, de 5% para zero, máquinas de lavar roupas, de 20% para 10% e nos tanquinhos, de 10% para zero. Conforme Mantega (2009), um dos motivos para tal benefício seria redução de demissões, que provavelmente aconteceriam devido a crise financeira ocorrente naquele período, ele acrescentou ainda que, no momento, cerca de 600 mil trabalhadores estavam envolvidos nas indústrias de eletrodomésticos da linha branca, direta ou indiretamente.

Os dados descritos acima estão dispostos na tabela TIPI - Tabela do Imposto sobre Produtos Industrializados, encontrada na página de internet da Receita Federal, que apresentam a classificação fiscal de cada produto, a descrição e a alíquota vigente para o mesmo. Adaptando esta situação com a redução apresentada para os eletrodomésticos da linha branca, apresenta-se abaixo algumas linhas da tabela TIPI, que contém estes produtos juntamente com o NCM – Nomenclatura Comum do Mercosul, de alguns itens.

7321.1	Aparelhos para cozinhar e aquecedores de pratos:	
	7321.11.00	A combustíveis gasosos, ou a gás e outros combustíveis. Ex: Fogões de cozinha
8418.2	Refrigeradores do tipo doméstico:	
	8418.21.00	De compressão
	8418.29.00	Outros
84.50	Máquinas de lavar roupa, mesmo com dispositivos de secagem	
	8450.11.00	Máquinas inteiramente automáticas. Ex: De uso doméstico

Quadro 10: NCM e Descrição de Produtos da Linha Branca com Redução de IPI.

Fonte: adaptado de Receita Federal (2011)

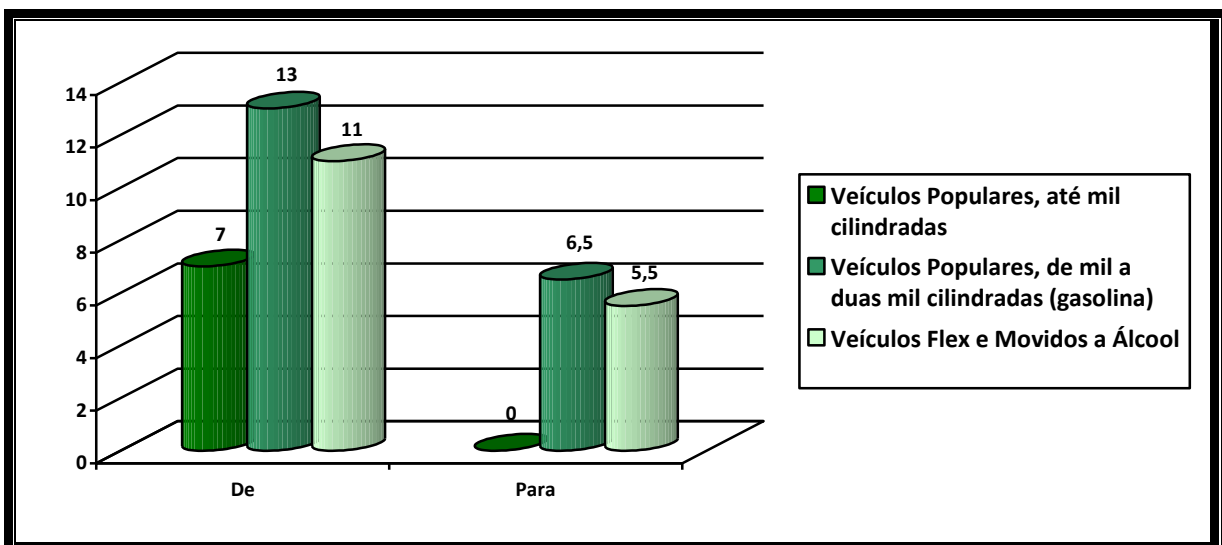
De acordo com o Decreto nº 6.825/09, o benefício foi divulgado, em 17 de abril de 2009, sendo válido a partir desta data e até 15 de julho do mesmo ano,

sendo depois postergado até 31 de outubro, e ainda, mais uma vez prorrogado por três meses, encerrando o programa de redução fiscal em 31/01/2010. Com a meta atingida de facilitar o acesso da população com baixa renda a esses produtos, e auxiliar no crescimento da economia do país, minimizando os efeitos da crise financeira e gerando mais empregos aos cidadãos brasileiros, o benefício que teria validade por 3 meses, acabou sendo válido por mais de 9 meses.

2.2.1.4 Redução/Isenção de Imposto em Veículos

Além da redução do IPI para a linha branca, no mesmo período, tivemos reduções deste imposto também na linha automotiva, pois de acordo com o Portal de Notícias da Globo – G1, as indústrias automobilísticas registravam queda nas vendas de veículos nos últimos meses. Diante disto, o governo anunciou mais uma medida de auxílio a fim de estimular a economia nacional, assim como em outros casos já vistos anteriormente.

Conforme o G1 (2008), para carros populares até mil cilindradas, o IPI caiu de 7% para 0%, para aqueles entre mil e duas mil cilindradas movidos à gasolina, foi reduzido de 13% para 6,5%. Para carros flex (bicomcombustível) e movidos à álcool, a alíquota caiu de 11% para 5,5%. Sendo que, não foi alterada para veículos que tenham mais de duas mil cilindradas. Como mostram o Quadro nº 11.



Quadro 11: Redução de IPI para Veículos

Fonte: adaptado de Portal de Notícias da Globo – G1 (2008)

O benefício, inicialmente teria validade entre 12 de dezembro de 2008 a 31 de março de 2009, no entanto, com o forte crescimento nas vendas, ele foi prorrogado por diversas vezes, encerrando em Março de 2010, com duração de 15 meses. Durante este período, ocorreram aumentos gradativos no IPI, mas, do mesmo modo, ainda atrativos aos consumidores, de acordo com G1 (2008), que exemplifica ainda que, caso esta redução fosse totalmente repassada ao valor final dos automóveis, [...] “o preço de um Fiat Mille, por exemplo, mudaria de R\$ 23.470 para R\$ 21.827, com uma redução de R\$ 1.642,90. O Gol City teria redução de R\$ 1.911 ficando a R\$ 25.398. E o Ford Ka 1.0 iria custar R\$ 24.607, com redução de R\$ 1.852.” Considerando valores apenas para simulação.

Olmos e Watanabe (2010) citam que, “Em 2009, o país bateu recorde anual de automóveis novos comercializados no mercado nacional, com aumento de 11% sobre 2008 - uma venda de 337,75 mil unidades a mais que no ano anterior”. Estimulados pela redução no preço e a oferta de crédito disponível, 53,7% das vendas de automóveis foram de pessoas compravam seu automóvel 0Km pela primeira vez.

Além destes benefícios/incentivos citados acima, oferecidos para alavancar a economia brasileira, desonerar a carga tributária e ainda incentivar o crescimento de alguns ramos de atividade, o governo concedeu diversos outros, como também, a redução/isenção de tributos para os materiais de construção, o programa Minha Casa Minha Vida, que dá benefícios as pessoas físicas com renda mais baixa, para que possam, a juros mais baratos e subsidiadas pelo governo, financiar sua casa própria, dentre outros programas que auxiliaram o crescimento do Brasil. Estes serão apresentados nos tópicos a seguir.

2.3 Setor de Construção Civil no Brasil

A Construção Civil é caracterizada principalmente como confecção de obras, tais como casas, apartamentos, e outras infra-estruturas, no qual necessitam de arquitetos e engenheiros civis para desempenhar determinadas atividades neste

ramo de produção, assim como, necessitam também de grande quantidade de mão de obra, que é aplicada diretamente no produto a ser desenvolvido. Conforme o Ministério da Educação, (2000, p. 5),

a área de Construção Civil abrange todas as atividades de produção de obras. Estão incluídas nesta área as atividades referentes às funções planejamento e projeto, execução e manutenção e restauração de obras em diferentes segmentos, tais como edifícios, estradas, portos, aeroportos, canais de navegação, túneis, instalações prediais, obras de saneamento, de fundações e de terra em geral, estando excluídas as atividades relacionadas às operações, tais como a operação e o gerenciamento de sistemas de transportes, a operação de estações de tratamento de água, de barragens, etc.

É considerado um ramo de trabalho bastante influente na cadeia produtiva, que exige transformações e mudanças constantes, especialmente aquelas determinadas por avanços tecnológicos. E na busca por estes aprimoramentos, são necessárias mudanças nos processos produtivos, como modernizações, tanto nos meios de produção quanto nos equipamentos utilizados nas obras, qualidade e sofisticação nos materiais aplicados, e ainda é necessário que haja competência profissional para compor este ramo de trabalho. Juntos, estes auxiliam como ferramentas de progressão e competitividade no mercado, o que agrega também, maior eficiência às atividades de produção.

Felizmente, em nosso país, o desenvolvimento e a tecnologia têm influenciado fortemente no crescimento da economia. E juntamente com outros setores, de acordo com DIESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2010), a Construção Civil ganhou força e destaque em suas atividades industriais, adotando sistemas cada vez mais modernos e sofisticados, investindo em qualidade de mão de obra, produtos e equipamentos mais desenvolvidos, e rompendo as filosofias de trabalho que vinham sendo desempenhadas anteriormente.

Conforme SENGE – Sindicato dos Engenheiros no Estado de Goiás, o setor de Construção Civil brasileiro vive um momento especial, exibindo números que mostram sua fundamental importância na economia do país. SENGE (2011) relata que a cadeia produtiva da construção, o que inclui materiais de construção, máquinas e equipamentos, entre outros, agregou cerca de R\$ 224 bilhões ou 8,3% do PIB brasileiro em 2009, e o número de empregos ultrapassou 10 milhões ou 10%

dos postos de trabalho no país. De acordo com ele, é primeira vez que isso acontece nos últimos 25 anos.

A boa fase é resultado de muitos esforços para manter a economia do setor, que reuniu um conjunto de fatores, como aumento de crédito, queda nas taxas de juros, o programa Minha Casa Minha Vida e a redução dos impostos. E as perspectivas para o setor continuam imensas, e ainda há de se ressaltar a proximidade da realização da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016, onde serão necessários nos próximos meses por conta destes eventos, aproximadamente R\$ 60 bilhões em serviços e infraestrutura. Será um grande investimento em construção e reforma de estádios, aeroportos, estradas com acesso a estes locais, expansão na rede de hotéis, entre outros, No entanto muito trabalho vem à frente. (SENGE, 2011).

2.3.1 Economia no Setor de Construção Civil

A construção civil hoje é responsável por grande contribuição a economia do Brasil, pois entre outros motivos, é ela a responsável por colocar no mercado de trabalho a maior parcela de empregos atualmente, segundo Ribeiro (2011), que ainda afirma que, [...] “tal circunstância leva este setor a ter uma atenção redobrada e maiores incentivos e benefícios pela parte dos governantes do nosso país.”

O período de crise que atacou também o Brasil em meados de 2008 trouxe, de acordo com DIESE (2010, p. 1), um impacto negativo na economia no início de 2009, que foram [...] ”marcados por retração da atividade econômica, forte queda do crédito, adiamentos das decisões de investimentos empresariais e elevação das taxas de desemprego”. Mas, a partir do segundo trimestre do mesmo ano, [...] “o país iniciou um processo de retomada do crescimento econômico, com reflexos positivos sobre o mercado de trabalho.”

Conforme DIESE (2010), apesar da crise enfrentada em 2009, a construção conseguiu se superar e obter um desempenho positivo. Mesmo trazendo uma desaceleração para a economia, neste mesmo período, “[...] um conjunto de

medidas governamentais para estimular a economia auxiliou a sustentação e até mesmo permitiu a ampliação do nível ocupacional em diversos setores da atividade econômica, em especial na Construção Civil.” (DIESE, 2010 p.1), e ainda de acordo com o autor, são exemplos, as ofertas de créditos intermediadas por bancos públicos, os investimentos públicos em infraestrutura, assim como também em habitação popular e as isenções fiscais, foram medidas que beneficiaram e fizeram com que a Construção Civil progredisse em 2009.

E rapidamente o setor de Construção Civil foi recuperando seu dinamismo econômico, que pode ser observado pelo aumento no número de novos empreendimentos e casas recém construídos ou ainda em construção, e também pela grande geração de postos de trabalho neste setor.

2.3.2 Carga Tributária no Setor

De acordo com pesquisas do IBPT realizadas com base em dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e citado por Lima (2010), a arrecadação de impostos no Brasil em 2007 chegou a R\$ 923 bilhões, o que equivalia a 36,08% do PIB do país. Desse montante, afirma o autor, que R\$ 44,2 bilhões eram advindos dos tributos recolhidos na indústria da construção.

E ainda, além dos impostos sobre os materiais e sobre o faturamento (ICMS, PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e ISS), de acordo com Lima (2010), ainda têm-se os encargos sociais que possuem grande destaque na área, pois neste ramo de atividade, é necessária grande quantidade de mão-de-obra, o que acarreta também desembolsos com férias e 13º salários que devem ser pagas pela empresa, porém não são considerados tributos.

A alta carga tributária contribui para desembolsos com tributos por parte da empresa, e também para a formação do custo final repassado ao consumidor, o que torna o produto mais caro, e/ou ainda diminui a margem de lucro da construtora. Ou seja, o que poderia ser revertido em lucros ou investido em inovações, na maioria das vezes, é totalmente utilizado para pagar tributos. E na Construção Civil

não é diferente, sendo que este setor necessitava de auxílios, principalmente na carga tributária, com intuito de manter aquecido este setor no mercado.

2.3.3 Políticas Governamentais Específicas

A elevada carga tributária se tornou um dos principais problemas encontrados na Construção Civil, com as elevadas taxas de impostos, o custo dos produtos se tornava cada vez mais alto, obrigando as construtoras a elevarem seus preços na venda dos imóveis, para que pudesse pagar suas obrigações e se manter no mercado. Isto, acumulando durante anos, foi gerando queda na produção e até demissão de funcionários. Segundo o jornal ANotícia (2003 p. 1),

a crise econômica registrada no primeiro semestre colheu em cheio a construção civil. A Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (CBIC) estima que a produção setorial tenha encolhido 1,5% no período, comparativamente aos primeiros seis meses do ano passado. As empresas que dependem diretamente do segmento, começam a demitir e reduzir a jornada de trabalho.

No entanto, o com peso da crise financeira que alcançou o Brasil em meados de 2007/2008, o governo percebeu a necessidade de tomar medidas de desoneração fiscal, para tentar amenizar a crise e manter a economia que estava regredindo no país. Com isso foram adotadas algumas medidas pelo Governo para que a crise não atingisse nosso país com tanta intensidade. Dentre elas, tiveram aquelas fiscais, que reduziavam alguns tributos, e outras conhecidas como não-fiscais, que permitiam maiores créditos em instituições financeiras e aumentavam os prazos para pagamento, como veremos nos tópicos a seguir.

2.3.3.1 Fiscais

Entende-se por políticas fiscais, a arrecadação dos tributos feita pelo governo a fim de cobrir as despesas do Estado. Ele é quem decide o quanto vai precisar, o quanto vai investir, e de acordo com Poblete (2011), isso é o que afeta diretamente a direção da política fiscal a ser adotada. Segundo ele,

a Política Fiscal diz respeito ao manejo dos orçamentos do governo, tanto do lado dos dispêndios, quanto do lado das receitas. As decisões do governo sobre quanto despende, nas formas de consumo, investimentos, subsídios e transferências, irão afetar a direção da política fiscal a ser adotada. Tanto quanto, decisões de tributação sobre os agentes e que transações os tributos incidirão.

No entanto, a cobrança dos tributos depende diretamente o governo, é ele quem define os valores que serão cobrados, e é ele também, quem pode aumentar ou reduzir o montante a ser arrecadado, desde que não prejudique as necessidades governamentais. E diante da necessidade de manter o nível da economia do país, foram adotadas medidas fiscais para reduzir ou isentar por um determinado tempo, os tributos cobrados nos setores que estavam sendo mais castigados pela crise mundial, a fim de trazê-los aos seus níveis normais.

Uma destas medidas fiscais adotadas pelo governo foi para o setor da Construção Civil, que vinha apresentando sinais de queda nos últimos anos, e principalmente com a crise, precisava de um incentivo para continuar suas atividades e se manter estável no mercado de trabalho.

2.3.3.1.1 Redução/isenção de IPI para Materiais de Construção

Aprovada pelo Decreto nº 6.809, de 30 de março de 2009, a redução de IPI para os materiais de construção teve início em 01 de abril de 2009, e de acordo com Bertolino (2009), deveria [...] “impulsionar o setor e, com isso, acelerar as contratações”, e ainda “a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), anunciada na segunda-feira (30) pelo governo federal, vai atingir os itens básicos de material de construção e deixá-los até 8,5% mais baratos”.

Assim, como as construtoras, segundo Bertolino (2009), o consumidor final das matérias também pagaria menos pelos produtos. E Conforme Lima (2010), a redução ou isenção de IPI para os alguns tipos materiais de construção, permitiu uma considerável redução no total de impostos. Segue abaixo o Quadro nº 12 contendo os principais produtos utilizados na construção civil, juntamente com o percentual de IPI que era embutido anteriormente e o que foi utilizado após o Decreto nº 6.809/09.

MATERIAS	CORTE DE IPI
Cimentos aplicados na construção.	De 4% para 0%
Tintas e vernizes dos tipos aplicados na construção.	De 5% para 0%
Massa de vidraceiro.	De 10% para 2%
Indutos utilizados em pintura.	De 5% para 2%
Revestimentos não refratários do tipo dos utilizados em alvenaria.	De 5% para 0%
Aditivos preparados para cimentos, argamassas ou concretos.	De 10% para 5%
Argamassas e concretos para construção.	De 5% para 0%
Banheiras, boxes para chuveiros, pias e lavatórios de plástico.	De 5% para 0%
Assentos e tampas, de sanitários de plástico.	De 5% para 0%
Caixas de descarga e artigos semelhantes para usos sanitários ou higiênicos, de plásticos.	De 5% para 0%
Pias, lavatórios, colunas para lavatórios, banheiras, bidês, sanitários, caixas de descarga, mictórios de porcelana.	De 5% para 0%
Pias, lavatórios, colunas para lavatórios, banheiras, bidês de cerâmica.	De 5% para 0%
Grades e redes de aço, não revestidas, para estruturas ou obras de concreto armado ou argamassa armada.	De 5% para 0%
Outras grades e redes de aço, não revestidas, para estruturas ou obras de concreto armado ou argamassa armada.	De 5% para 0%
Pias e lavatórios, de aços inoxidáveis.	De 5% para 0%
Outras fechaduras; ferrolhos.	De 5% para 0%
Partes Cadeados, fechaduras e ferrolhos.	De 5% para 0%
Dobradiças de qualquer tipo (incluídos os gonzos e as charneiras).	De 5% para 0%
Outras guarnições, ferragens e artigos semelhantes para construções.	De 10% para 5%
Válvulas para escoamento	De 5% para 0%
Outros dispositivos dos tipos utilizados em banheiros ou cozinhas.	De 5% para 0%
Disjuntores.	De 15% para 10%
Chuveiro elétrico.	De 5% para 0%

Quadro 12: Redução no Percentual de IPI para os Materiais de Construção

Fonte: Adaptado de Portal de Notícias UOL (2009)

A desoneração deste imposto teria validade inicialmente, de 1º de abril até 30 de julho de 2009, mas foi, no entanto, prorrogado até 31 de dezembro do mesmo ano, sendo depois postergada novamente até o final de 2010. E de acordo com o portal de notícias O Globo (2010), o Ministro da Fazenda Guido Mantega anunciou a redução do IPI para materiais de construção por mais um ano, tendo validade até então, até final de dezembro 2011.

Um dos avanços deste setor, é o fato de ser o único que ainda mantém a redução do IPI ativa, a desoneração deste imposto que também vigorava sobre alguns tipos de veículos e eletrodomésticos, já foi extinta, permanecendo, no entanto, somente o benefício sobre os materiais de construção.

2.3.3.2 Não-Fiscais

Ao que entende-se, dentre as políticas governamentais, as medidas Não-Fiscais são aquelas que não se relacionam aos tributos, que não reduzem ou isentam determinados produtos ou serviços, e sim beneficiam de outras maneiras, como pode-se observar no Programa Minha Casa – Minha Vida, que aumenta os prazos para financiamentos, oferece subsídios e ainda reduz os juros, para que pessoas de baixa renda também possam obter moradia, como veremos abaixo.

2.3.3.2.1 Programa Minha Casa - Minha Vida

O programa Minha Casa – Minha Vida – PMCMV, foi criado pelo governo federal, com o intuito de oferecer moradias destinadas a famílias com baixa renda, focado a atender aqueles que ainda não possuam casa própria e nem tenham participado de programas de habitação social do governo federal. Os imóveis financiados por este programa, podem ser casas ou apartamentos, desde que não tenham sido habitados ainda.

O benefício oferece juros mais baixos de que outros financiamentos e ainda concede subsídios aos mais necessitados. De acordo com a cartilha que trata sobre o Programa Habitacional Minha Casa – Minha Vida, da CEF - Caixa Econômica Federal, (2011, p. 3),

a meta é ambiciosa: construir um milhão de habitações, priorizando famílias com renda de até R\$ 1.395,00, mas que também abrange famílias com renda de até R\$ 4.900,00. Isto só será possível com uma ampla parceria entre União, estados, municípios, empreendedores e movimentos sociais.

Criado inicialmente pela Medida Provisória nº 459 de 25 de março de 2009 e aprovado posteriormente pela Lei nº 11.977 de 07 de julho de 2009, o programa beneficia famílias de baixa renda, auxiliando na realização do sonho da casa própria. O artigo 1º da Lei 11.977/09, cita a finalidade do programa, que segundo ela é, “criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até dez salários mínimos”.

Os limites de renda familiar para participar do PMCMV, de acordo com a Caixa Econômica Federal (2011) é

de R\$ 465,00 a R\$ 4.900,00 - para financiamento vinculados a imóveis situados nos municípios integrantes das regiões metropolitanas ou equivalentes, municípios-sede de capitais estaduais, ou municípios com população igual ou superior a 250.000 (duzentos e cinquenta mil) habitantes.

De R\$ 465,00 a R\$ 3.900,00 - demais municípios

E ainda o limite para o valor dos imóveis é,

Até R\$170.000,00 para os imóveis situados no Distrito Federal ou em municípios integrantes das regiões metropolitanas ou equivalentes dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo;

Até R\$150.000,00 para os imóveis situados em municípios com população igual ou superior a um milhão de habitantes ou em municípios-sede de capitais estaduais;

Até R\$130.000,00 para os imóveis situados em municípios com população igual ou superior a 250.000 habitantes ou em municípios integrantes de regiões metropolitanas ou equivalentes, inclusive aqueles integrantes da Região Integrada do Distrito Federal e Entorno - RIDE;

Até R\$100.000,00 para imóveis situados em municípios com população igual ou superior a 50.000 habitantes;

Até R\$ 80.000,00 - para demais regiões.

Os prazos disponíveis pela Caixa Econômica Federal para o financiamento variam entre 120 e 360 meses, e os juros cobrados variam entre 5 e 8,16% ao ano mais TR – Taxa Referencial⁷, utilizando o SAC – Sistema de Amortização Constante. E ainda, de acordo com a CEF (2011), “A taxa de juros é reduzida em 0,5% para você que tem três anos de trabalho em uma ou mais empresas, sob o regime do FGTS”. Reduzindo-se então a 4,5%.

De acordo com a cartilha da CEF (2011), a adesão ao programa se inicia com um cadastramento das famílias que se enquadram nos critérios definidos, este cadastro será analisado pela CAIXA, que contrata a operação, e acompanhar toda a execução da obra, liberando os recursos necessários de acordo com um cronograma, e ainda, quando concluído o empreendimento, será contratado um parcelamento com as famílias que solicitam a construção da obra.

O aumento destes financiamentos habitacionais vem crescendo nos últimos anos. De acordo com notícias do Jornal Nacional (2010), até o final de 2010 já tinha sido assinados contratos para construção de mais de 1,3 milhão novas casas. O gerente de Construção Civil da Caixa Econômica Federal, Emanuel Bonfim

⁷ A Taxa Referencial foi [...] “criada em 1991 para servir de referência nas transações financeiras realizadas no país. É calculada pelo Banco Central com base em uma amostra dos juros pagos pelos Certificados de Depósitos bancários das trinta maiores instituições financeiras”. (Análise Financeira, 2011)

Veloso Filho, informou ao Portal da Clube (2010), um balanço sobre o programa, e segundo ele, os subsídios oferecidos aos programas de habitação vem aumentando muito, por exemplo “em 2003, o crédito imobiliário da Caixa Econômica Federal era de R\$ 5 bilhões para todo o Brasil. Em 2008, esse valor chegou a R\$ 23,3 bilhões e em 2009, o número saltou para R\$ 47 bilhões”. Emanuel Bonfim citou também que a expectativa ainda é construir cerca de 2 milhões de casas em todo o Brasil até 2014.

2.3.3.2.2 PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

O PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, foi mais uma das medidas adotadas com o intuito de acelerar e estimular o crescimento econômico do país. De acordo com Pena (2007), o programa foi anunciado em 22 de janeiro de 2007 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que afirmava ser um plano de crescimento correto para o país, mas, de forma acelerada.

Pena (2007) afirma ainda que o projeto seria dividido em partes, como de medidas de infra-estrutura (inclusive infra-estrutura social, como habitação, saneamento e transportes de massa), estímulo ao crédito, desoneração, e medidas fiscais de longo prazo. Além, ainda, de aumentar o número de empregos e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos brasileiros.

Diese (2007) relata que,

o programa apresenta medidas de curto, médio e longo prazos, que procuram desenhar um horizonte mais favorável aos investimentos e à aplicação dos recursos. Busca contribuir para um ambiente econômico com previsibilidade, estabilidade e regras mais claras para a realização de investimentos.

O PAC, de acordo com a República Federativa do Brasil (2010), vai aplicar em quatro anos um total de R\$ 503,9 bilhões de investimentos em infraestrutura nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos, sendo que,

o conjunto de investimentos está organizado em três eixos decisivos: Infraestrutura Logística, envolvendo a construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias; Infraestrutura Energética, correspondendo a geração e transmissão de energia elétrica, produção, exploração e transporte de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis; e Infraestrutura Social e Urbana, englobando saneamento, habitação, metrô, trens urbanos, universalização do programa Luz para Todos e recursos hídricos. (República Federativa do Brasil, 2010)

O aumento do crédito é de grande importância para o desenvolvimento econômico e social do país, de acordo com a República Federativa do Brasil (2010), no entanto, este programa também trouxe estímulos ao crédito, com [...] “medidas destinadas a elevar o financiamento de longo prazo, em condições mais favoráveis que no passado, principalmente por parte da Caixa Econômica Federal e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).”

Quanto as medidas que visam promover a desoneração tributária e fiscal, além de priorizarem alguns setores produtivos, como por exemplo, o da construção civil, também houve medidas amplas, como “a ampliação do prazo de recolhimento das contribuições previdenciárias e do PIS - Programa de Integração Social/COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, o reajuste da tabela do IR - Imposto de Renda; a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital e Nota Fiscal Eletrônica, entre outros”. (Diese, 2007).

De acordo com o Ministério da Fazenda (2007), quanto a ampliação dos prazos de recolhimento de determinados tributos, o PIS e COFINS que tinham vencimento no dia 15 de cada mês, agora tem vencimento em todo dia 20. E a contribuição previdenciária passa do dia 2 para o dia 10 de cada mês.

Em relação a desoneração tributária ofertada por este programa, o Ministério da Fazenda (2007, p. 12 - 14) define as principais medidas que mostram esse quesito, sendo elas:

- Recuperação Acelerada dos Créditos de PIS e COFINS em Edificações (de 25 anos para 24 meses).
- Desoneração de Obras de Infra-Estrutura (suspensão da cobrança de PIS/COFINS para novos projetos).
- Desoneração dos Fundos de Investimento em Infra-Estrutura (isenção de IRPF).
- Programa de Incentivos ao Setor da TV Digital (isenção de IPI, PIS/COFINS e CIDE).
- Programa de Incentivos ao Setor de Semicondutores (isenção de IRPJ, IPI, PIS/COFINS e CIDE).
- Aumento do Valor de Isenção para Microcomputadores (de R\$ 2,5 mil para R\$ 4,0 mil).
- Desoneração da Compra de Perfis de Aço (redução do IPI de 5% para zero).
- Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar nº 123/2006).
- Reajuste da Tabela de Imposto de Renda de Pessoa Física (4,5% por ano em 2007-2010 – MP nº 340/2006).
- Prorrogação da Depreciação Acelerada (até dez/2008 – MP nº 340/2006).
- Prorrogação da Cumulatividade do PIS e da COFINS na Construção Civil (até dez/2008 – Lei nº 11.434/2006).

Segundo Graner (2008), o Ministro da Fazenda, Guido Mantega afirmou que [...] “fomos bem sucedidos, e o PAC conseguiu acelerar o crescimento do País, mantendo os fundamentos da economia”, e ainda, que o Brasil se mantia menos vulnerável e em situação privilegiada para enfrentar a crise internacional. Mantega citou ainda que houve destaques no crescimento dos investimentos internos acima do PIB, como também o aumento de vendas no varejo, queda nos juros e o crescimento de crédito, e ainda afirma que “todos fatores mostram os bons resultados do PAC”.

2.3.4 Custos da Construção Civil

O custo da construção civil é medido pelo CUB – Custo Unitário Básico, sendo este um indicador que estima o custo mínimo da construção, medido normalmente por metro quadrado. O SINDUSCON-MG - Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais (2007, p. 16) afirma que “o objetivo básico do CUB/m² é disciplinar o mercado de incorporação imobiliária, servindo como parâmetro na determinação dos custos dos imóveis”. Serve também como uma ferramenta auxiliar na formação de orçamentos de construção civil, sendo que os valores podem ainda, variar de acordo com o tipo de obra, servindo então, apenas de ponto de partida para encontrar o custo.

A responsabilidade de cálculo e divulgação do CUB/m² - Custo Unitário Básico por Metro Quadrado, conforme o SINDUSCON-MG (2007) é dos Sindicatos das Indústrias da Construção Civil, que devem coletar os preços dos produtos mensalmente, entre o primeiro e o vigésimo quinto dia do mês de referência e divulgá-lo até o 5º dia do mês subsequente. Ele foi criado em 16 de dezembro de 1964 com a Lei nº 4.591, e confirmando a obrigatoriedade e prazo para divulgá-lo, temos os artigos 53 e 54 da referida Lei, onde diz que,

Art. 53. O Poder Executivo, através do Banco Nacional da Habitação, promoverá a celebração de contratos com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no sentido de que esta, tendo em vista o disposto na Lei nº 4.150, de novembro de 1962, prepare, no prazo máximo de 120 dias, normas que estabeleçam, para cada tipo de prédio que padronizar:

I - critérios e normas para cálculo de custos unitários de construção, para uso dos sindicatos, na forma do art. 54;

II - critérios e normas para execução de orçamentos de custo de construção, para fins de disposto no artigo 59;

III - critérios e normas para a avaliação de custo global de obra, para fins da alínea h, do art. 32;

IV - modelo de memorial descritivo dos acabamentos de edificação, para fins do disposto no art. 32;

V - critério para entrosamento entre o cronograma das obras e o pagamento das prestações, que poderá ser introduzido nos contratos de incorporação inclusive para o efeito de aplicação do disposto no § 2º do art. 48.

§ 1º O número de tipos padronizados deverá ser reduzido e na fixação se atenderá primordialmente:

a) o número de pavimentos e a existência de pavimentos especiais (subsolo, pilotis etc.);

b) o padrão da construção (baixo, normal, alto), tendo em conta as condições de acabamento, a qualidade dos materiais empregados, os equipamentos, o número de elevadores e as inovações de conforto;

c) as áreas de construção.

§ 2º Para custear o serviço a ser feito pela ABNT, definido neste artigo, fica autorizado o Poder Executivo a abrir um crédito especial no valor de Cr\$10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), em favor do Banco Nacional de Habitação, vinculado a este fim, podendo o Banco adiantar a importância à ABNT, se necessário.

§ 3º No contrato a ser celebrado com a ABNT, estipular-se-á a atualização periódica das normas previstas neste artigo, mediante remuneração razoável.

Art. 54 Os sindicatos estaduais da indústria da construção civil ficam obrigados a divulgar mensalmente, até o dia 5 de cada mês, os custos unitários de construção a serem adotados nas respectivas regiões jurisdicionais, calculados com observância dos critérios e normas a que se refere o inciso I, do artigo anterior.

§ 1º O sindicato estadual que deixar de cumprir a obrigação prevista neste artigo deixará de receber dos cofres públicos, enquanto perdurar a omissão, qualquer subvenção ou auxílio que pleiteie ou a que tenha direito.

§ 2º Na ocorrência de omissão de sindicato estadual, o construtor usará os índices fixados por outro sindicato estadual, em cuja região os custos de construção mais lhe pareçam aproximados dos da sua.

§ 3º Os orçamentos ou estimativas baseados nos custos unitários a que se refere este artigo só poderão ser considerados atualizados, em certo mês, para os efeitos desta Lei, se baseados em custos unitários relativos ao próprio mês ou a um dos dois meses anteriores.

No entanto, a norma que estabelece a metodologia utilizada pelos Sinduscons para cálculo do CUB/m² é elaborada pela [...] “Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), através da Comissão de Estudo de Avaliação de Custos Unitários na Construção Civil (CE-02:139.13) do Comitê Brasileiro da Construção Civil (ABNT/CB-02)”, de acordo com SINDUSCON-MG (2007, p. 16), que cita ainda que, “atualmente a Norma Brasileira que estabelece a metodologia de cálculo do CUB/m² é a ABNT NBR 12721:2006, portanto, este é a base técnica do CUB/m²”.

O SINDUSCON-MG (2007, p. 17) destaca que o CUB/m² já passou por algumas alterações normativas, sendo elas,

ABNT NB-140:1965: Norma original elaborada para atender a Lei 4.591/64 e disciplinar as incorporações imobiliárias.

ABNT NBR 12721:1992: Esta norma atualizou os acabamentos dos projetos-padrão da ABNT NB 140:1965 sem alteração dos projetos-básicos da década de 60. Incorporou, ainda, novos lotes básicos de insumos (material e mão-de-obra).

ABNT NBR 12721:1999: Através desta Norma introduziram-se no cálculo do CUB/m² os projetos comerciais (salas, lojas e andares livres), casa popular e galpão industrial. Mantiveram-se os projetos habitacionais antigos.

ABNT NBR 12721:2006: A maior revisão da Norma desde a sua criação, com a introdução de novos projetos-padrão e novo lote básico. Foi uma ampla revisão, que será detalhada posteriormente neste trabalho, e que entrou em vigor em 01/02/2007.

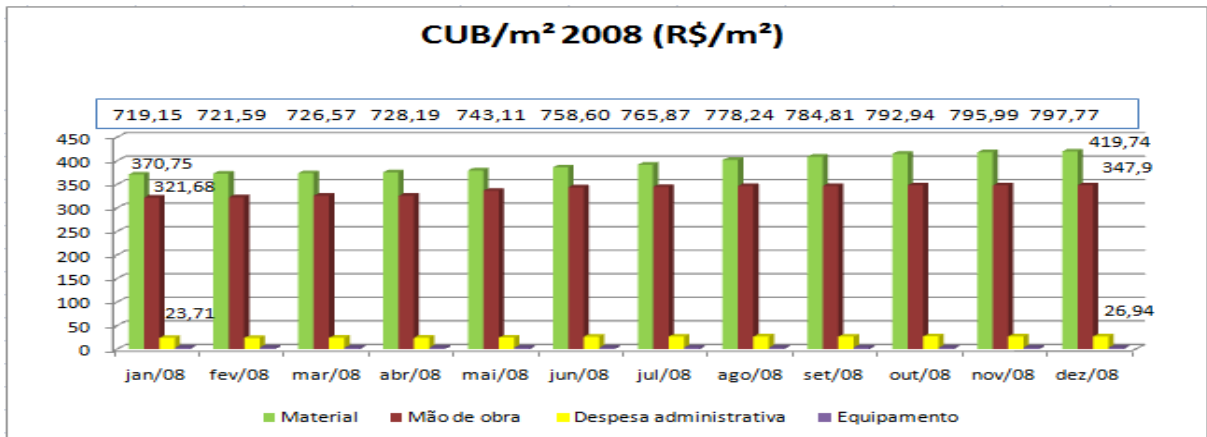
O cálculo é realizado com base em projetos-padrões, que são estabelecidos pela ABNT NBR 12721:2006, e de uma forma simples, é possível alcançar indicadores bem realistas. “Os salários, os preços dos materiais de construção, as despesas administrativas e os custos com aluguel de equipamentos são pesquisados mensalmente pelos Sindicatos da Indústria da Construção de todo o país”. SINDUSCON-MG (2007, p. 57). E os dados para obtenção destes resultados são coletados em construtoras e junto aos fornecedores de materiais. Sendo que os procedimentos básicos para cálculo deste indicador estão dispostos na ABNT NBR 12721:2006, que estabelece em seu item 8.3.4,

na determinação dos custos unitários básicos, os Sindicatos da Indústria da Construção Civil devem adotar os seguintes procedimentos:

- a) os preços coletados de acordo com as determinações apresentadas em 8.3.3 devem ser submetidos a uma análise estatística de consistência;
- b) após análise de consistência, procede-se ao cálculo do promédio de cada insumo;
- c) o valor do promédio de cada insumo aplica-se ao coeficiente físico correspondente ao respectivo insumo no lote básico de cada projeto-padrão;
- d) para o cálculo dos custos da mão-de-obra, aplica-se o percentual relativo aos encargos sociais e benefícios:
 - este percentual deve incluir todos os encargos trabalhistas e previdenciários, direitos sociais e obrigações decorrentes de convenções coletivas de trabalho de cada Sindicato;
 - o método de cálculo e o percentual de encargos sociais e benefícios devem ser explicitados pelos respectivos Sindicatos da Indústria da Construção Civil. SINDUSCON-MG (2007, p. 58).

É importante destacar os valores de CUB/m² e as variações dos mesmos durante alguns anos, demonstrando quais os fatores que incluem este indicador. Os Quadros nº 13, 14 e 15 a seguir, mostram os valores de materiais, mão-de-obra, despesas administrativas e equipamentos, que estão incluídos nos valores do CUB/m² médio no Brasil. Destacando que, o CUB/m² é medido de acordo com o tipo

de construção a ser realizada, que pode ser dividido em residencial, comercial, galpão e residências populares, sendo que cada um destes, possui uma base diferente para cálculo do índice de preços. Os dados apresentados abaixo, são baseados em uma média de todos estados no Brasil.

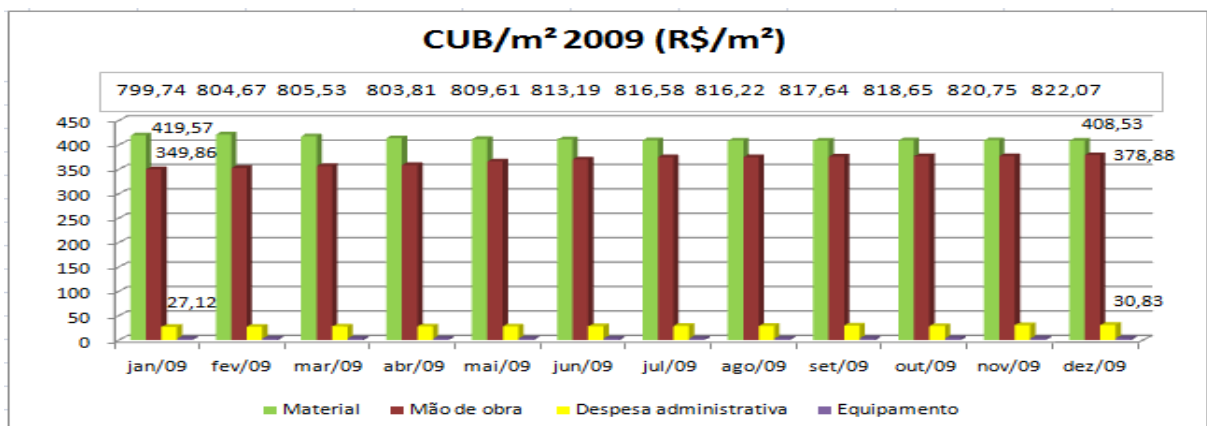


Quadro 13: CUB/m² Médio no Brasil em 2008

Fonte: Adaptado de Custo Unitário Básico – Indicador dos Custos no setor de Construção Civil (2011)

Conforme o site - Custo Unitário Básico – Indicador dos Custos no setor de Construção Civil (2011), o valor do CUB/m² no Brasil em janeiro de 2008 era de R\$ 719,15, sendo desses, como mostra o quadro acima, R\$ 370,75 equivalentes materiais, R\$ 321,68 a mão-de-obra, R\$ 23,71 de despesas administrativas e R\$ 3,01 de equipamentos. Com os dados apresentados no quadro, pode-se verificar que o valor agregado aos materiais cresce mais de que o valor da mão-de-obra.

Neste mesmo período, o CUB/m² no estado de Santa Catarina, para empreendimentos residenciais, estava em média, a R\$ 845,14, de acordo com os dados apresentados pelo Sinduscon Grande Florianópolis (2011).

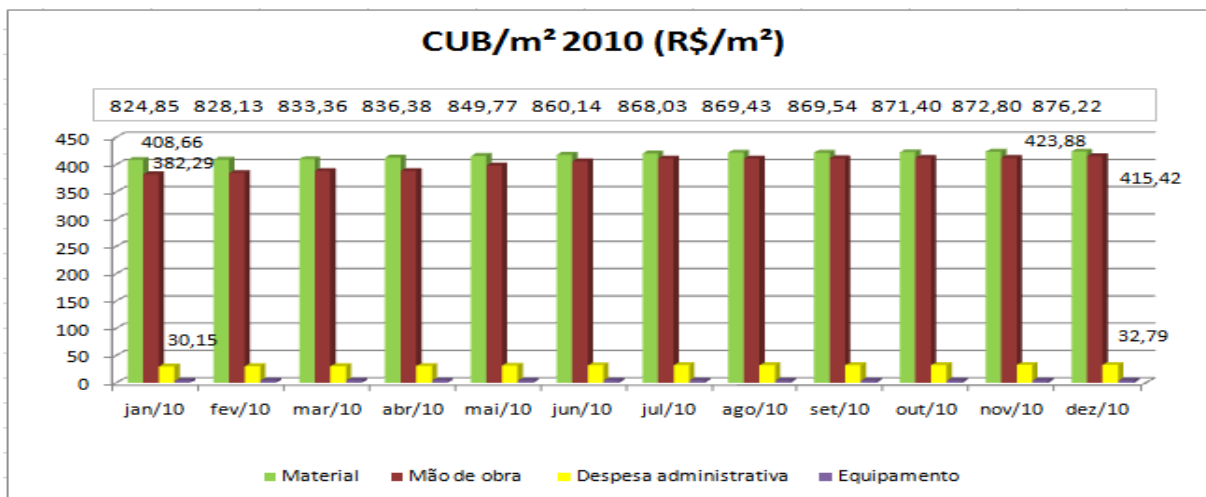


Quadro 14: CUB/m² Médio no Brasil em 2009

Fonte: Adaptado de Custo Unitário Básico – Indicador dos Custos no setor de Construção Civil (2011)

Já em janeiro de 2009, o valor do CUB/m² de acordo com o Custo Unitário Básico – Indicador dos Custos no setor de Construção Civil (2011) era de R\$ 779,74, sendo este, dividido em R\$ 419,57 para o material, R\$ 349,86 em mão-de-obra, R\$ 27,12 para despesas administrativas e R\$ 3,19 em equipamentos. Com o quadro nº 17, percebe-se que a mão-de-obra estava se valorizando, no entanto, é perceptível também que os valores de materiais diminuíram, ocasionando uma redução no valor total do CUB/m² no decorrer do ano.

Com base em dados do Sinduscon Grande Florianópolis (2011), em Santa Catarina o valor formado em janeiro de 2009, estava em média com R\$ 949,27 para imóveis residenciais.



Quadro 15: CUB/m² Médio no Brasil em 2010

Fonte: Adaptado de Custo Unitário Básico – Indicador dos Custos no setor de Construção Civil (2011)

Em 2010, o custo unitário por m² estava com valor de R\$ 824,85 em janeiro, encerrando o ano com R\$ R\$ 876,22 em dezembro, sendo destes, R\$ 423,88 equivalentes a materiais, R\$ 415,42 a mão-de-obra, R\$ 32,79 para despesas administrativas e R\$ 4,12 nos equipamentos, de acordo com Custo Unitário Básico – Indicador dos Custos no setor de Construção Civil (2011). Neste quadro, é possível verificar que os custos com materiais estão cada vez mais igualáveis a mão-de-obra.

Em janeiro de 2010, o CUB/m² do estado de Santa Catarina para os imóveis residenciais, estava em R\$ 983,42, enquanto em dezembro, fechava o ano com R\$ 1.038,72. (Sinduscon Grande Florianópolis, 2011).

O quadro nº 16 apresenta a variação de valores referente ao CUB/m² de Santa Catarina para imóveis residenciais durante alguns anos.

Mês	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Janeiro	737,58	816,63	862,52	889,54	845,14	949,27	983,42
Fevereiro	737,82	818,87	865,74	906,26	846,49	948,50	985,37
Março	743,30	821,47	864,68	892,99	850,54	954,01	985,95
Abril	747,64	824,30	861,27	893,97	853,65	956,66	987,97
Maió	755,98	828,23	863,55	895,04	856,41	954,61	990,13
Junho	775,41	860,46	888,65	924,31	903,94	983,52	1.018,26
Julho	779,81	861,11	894,85	930,97	903,55	986,14	1.028,15
Agosto	795,79	859,51	894,81	933,12	928,69	984,71	1.032,10
Setembro	800,14	863,75	896,91	932,84	938,24	982,58	1.034,48
Outubro	807,56	863,23	895,86	936,57	942,40	982,57	1.036,00
Novembro	815,94	861,67	895,50	943,89	945,81	983,10	1.037,67
Dezembro	819,80	858,40	887,73	947,38	946,67	983,37	1.038,72

Quadro 16: Séries Históricas do CUB/m² em Santa Catarina

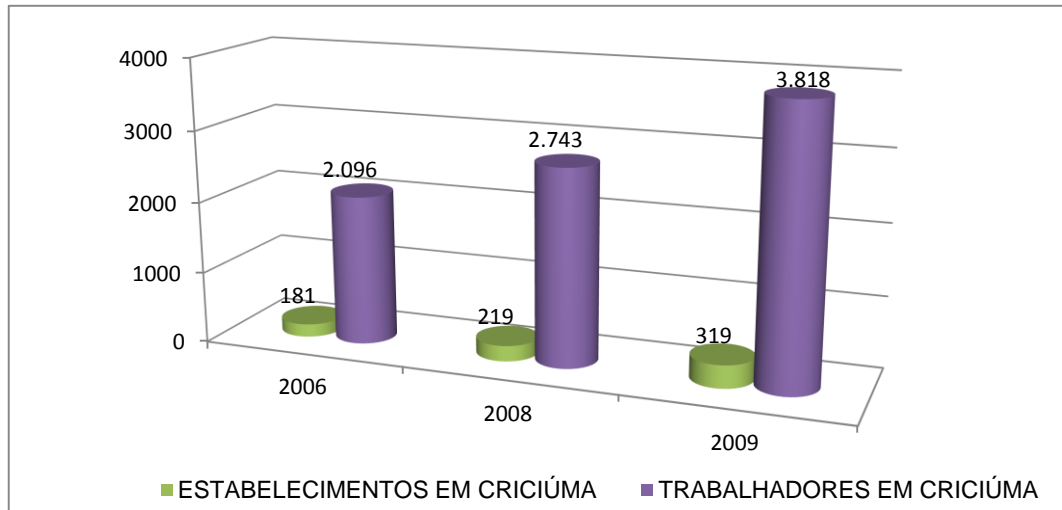
Fonte: FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (2011)

Através deste quadro, é possível verificar que a média do Brasil é inferior a do Estado, que em todos os meses apresentou índices mais elevados para o CUB/m². Para se obter a média no Brasil, considerando que em alguns estados os valores são mais altos, tem-se que em outros são mais baixos. Estas variações podem ocorrer de acordo com o preço dos produtos, a base salarial, dentre outros fatores que se diferenciam entre os estados.

2.4 Setor de Construção Civil no Município de Criciúma/SC

O setor de Construção Civil, assim como em outras cidades, tem se desenvolvido fortemente no município de Criciúma. O volume de empreendimentos, assim como o número de empregos, cresce continuamente a cada ano. Dados da FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (2010) apontam que no ano de 2009, das 9.040 empresas do ramo de construção civil, situadas em Santa Catarina, 319 estavam localizadas em Criciúma, empregando cerca de 3.818 pessoas.

O quadro nº 17 apresenta alguns dados referente a construção civil em Criciúma, mostrando o grau de elevação no número de estabelecimentos e empregados neste setor nos últimos anos.



Quadro 17: Número de Estabelecimentos x Número de Trabalhadores na Construção Civil em Criciúma

Fonte: Adaptado de FIESC (2008, 2009 e 2010)

Os dados apresentados pela FIESC (2008, 2009 e 2010), mostram que o setor vem se expandindo, tanto no número de empresas construtoras, como em empregos ofertados por elas. Um dos fatores que influenciam nestes indicadores, são as demandas de mercado, o aumento das vendas traz a necessidade de produção, gerando mais empregos a população e maior número de empresas investindo neste ramo de atividade.

3 ESTUDO DE CASO

O estudo de caso presente neste trabalho realizou-se através de pesquisas no Sinduscon - Sindicato da Indústria da Construção Civil de Florianópolis, onde foram extraídos os valores de CUB/m² durante o período de 2009, bem como a composição deste índice. Com o intuito de apresentar o impacto das políticas fiscais do governo no cálculo do Custo Básico da Construção Civil, visou-se analisar os reflexos decorrentes de tais ações governamentais no fomento deste setor.

3.1 Caracterização da Entidade

O Sinduscon de Florianópolis é uma entidade representativa da classe patronal da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis e, como consta na sua página eletrônica www.sinduscon-fpolis.org.br, defende e representa a classe empreendedora junto aos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário), para posicioná-la no lugar de destaque que merece no cenário industrial catarinense e nacional.

A associação sindical visa sempre aperfeiçoar permanentemente a representatividade, produtos e serviços, respeitando os princípios éticos, estatutários, regulamentares, responsabilidade social e dos clientes.

3.1.1 Missão e Visão Estratégica

O Sinduscon tem como missão fortalecer o setor, buscando o desenvolvimento sustentável, integrando pessoas, organizações e meio ambiente.

Já em relação a sua visão estratégica, a entidade procura ser forte, reconhecida e respeitada. Comprometida com o desenvolvimento econômico e social das cidades.

3.2 Apresentação dos Dados Coletados

Os dados coletados são apresentados com um comparativo entre os valores dos produtos de materiais de construção com redução de IPI, focando nos meses de início da vigência da legislação que concedeu o benefício fiscal. Estes valores foram pesquisados junto ao Sinduscon, demonstrando a composição do CUB-SC. Destaca-se que, face as características de medição unitária dos produtos contemplados no cálculo, tais como: m², m³, kg, litros, entre outros, são utilizados ao tanto que necessita 1 m² de obra pronta, e estes dados não foram divulgados pelo órgão pesquisado.

O Quadro nº 18, apresenta a composição do CUB para Santa Catarina. Frisa-se que a redução/isenção de IPI em alguns produtos teve início em 1º de abril de 2009, refletindo, no entanto, no custo do mês de maio. Foram destacados neste quadro, os materiais contemplados com o benefício advindo do Decreto nº 6.809/09.

Composição do CUB (em R\$)						
Valor Médio do CUB/m ² (R\$)		954,01	956,66	954,61	983,52	986,14
Materiais	Un	Março	Abril	Maió	Junho	Julho
AÇO CA 50 10 mm	kg	4,77	4,77	4,64	4,60	4,53
AREIA MÉDIA	m ³	49,95	50,28	50,48	51,30	51,30
AZULEJO CERÂMICA 30 cm x 40 cm PEI II COR	m ²	12,36	12,35	12,29	12,16	12,18
BACIA SANITÁRIA BRANCA C/ CAIXA ACOPLADA	u	170,23	170,62	169,79	167,78	168,31
BANCADA PIA DE MÁRMORE BRANCO 2 x 0,60 x 2	u	363,12	363,12	363,12	363,12	363,12
BLOCO CERÂMICO PARA ALVENARIA VEDAÇÃO	u	0,44	0,44	0,45	0,45	0,44
BLOCO DE CONCRETO 19 x 19 x 39 cm	u	1,53	1,53	1,55	1,61	1,60
BRITA 2	m ³	53,45	54,34	54,38	54,46	54,46
CHAPA COMPENSADO PLAST. 18 mm 2,20 x 1,10	m ²	28,38	28,38	28,38	28,38	28,38
CIMENTO CP-32 II	Kg	0,38	0,38	0,37	0,37	0,37
CONCRETO fck=25 MPa abatimento 5±1cm, . br. 1 e	m ³	226,63	226,63	224,49	224,49	224,49
DISJUNTOR TRIPOLAR 70 A	u	55,50	56,71	56,73	56,81	56,83
EMULSÃO ASFÁLTICA IMPERMEABILIZANTE	Kg	5,49	5,52	5,60	5,46	5,46
ESQUADRIA ALUMÍNIO CORRER 2 x 1,40, 4 FLS,	m ²	199,43	197,33	197,33	197,33	197,33
FECHADURA INTERNA DE FERRO CROMADO	u	21,39	21,24	21,99	21,64	21,11
FIO DE COBRE ANTICHAMA 750 V, # 2,5 m	m	0,69	0,68	0,68	0,62	0,62
JANELA DE CORRER 1,20 x 1,20 m 2 fls CP	m ²	157,93	157,93	157,93	157,93	157,93
PLACA DE GESSO LISO 60 x 60 cm	m ²	18,84	18,84	18,84	19,09	19,56
PORTA INTERNA SEMI-OCA P/ PINTURA 0,60 x	u	65,31	65,40	65,66	65,79	65,79
REGISTRO DE PRESSÃO CROMADO 1/2"	u	25,72	25,52	25,30	25,41	25,28
TELHA FIBROCIMENTO ONDULADA 6 mm 2,44 x	m ²	12,50	12,25	12,30	12,32	12,30
TINTA Látex PVA	l	9,11	9,11	9,09	9,06	9,02
TUBO DE FERRO GALVANIZADO COM COSTURA	m	62,09	60,54	59,74	59,09	59,09
TUBO DE PVC/R RÍGIDO REFORÇADO P/	m	15,07	15,04	15,21	15,18	14,72
VIDRO LISO TRANSP. 4 mm COLOC. C/ MASSA	m ²	52,10	52,10	54,01	54,01	54,01
Mão-de-Obra	Un					
Pedreiro	h	4,28	4,32	4,32	4,60	4,63
Servente	h	2,82	2,82	2,84	3,08	3,13
Custo Administrativo	Un					
Engenheiro	h	17,48	17,59	17,60	18,48	18,73
Equipamento	Un					
Betoneira 320 l	h	7,17	7,24	7,24	7,24	7,38

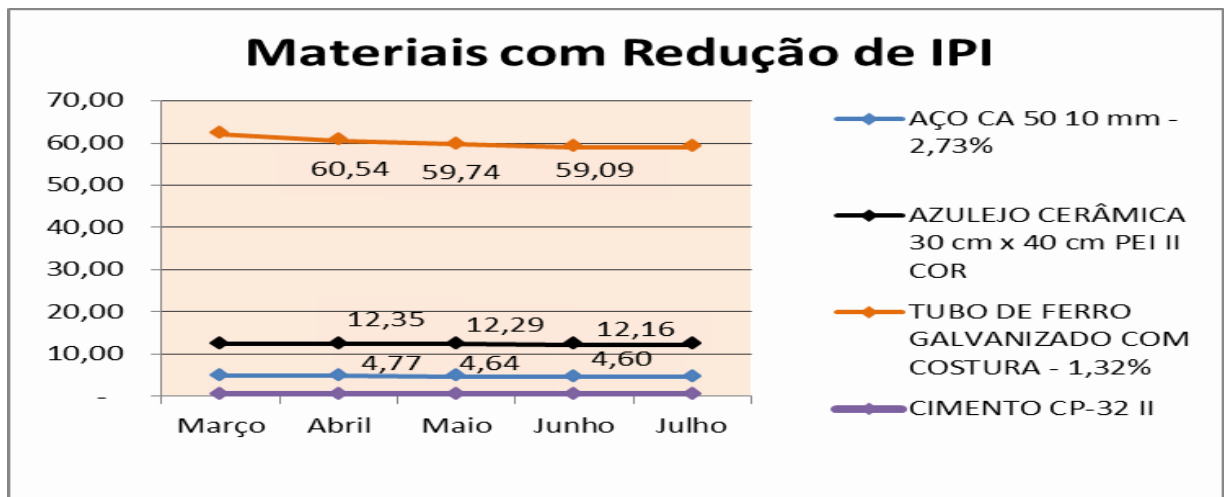
Quadro 18: Variação de Valores dos Produtos que Compõem o CUB

Fonte: Adaptado de Sinduscon Florianópolis (2011)

Dos 13 itens em destaque no Quadro nº 18, 8 deles tiveram seus valores reduzidos no mês de maio. Em apenas 1 caso o valor permaneceu o mesmo, e em 4 destes itens, houve um acréscimo no preço. Pode-se inferir que a redução nestes itens, teve influência dos incentivos governamentais que reduzia o IPI dos materiais de construção. E quanto ao acréscimo em determinados produtos, a variação está relacionada a diversos fatores que alteram o preço, tais como, preço padrão de mercado, reajustes anuais, bem como a correção inflacionária dos mesmos.

Já nos itens que não estão destacados, e não se enquadram no referido Decreto que reduzia o IPI, não houve, em nenhum dos produtos, redução nos preços. Dentre os 12 produtos, 5 permaneceram com os mesmos valores e 7 apresentaram índices de elevação nos preços.

No Quadro nº 19, apresenta-se graficamente a variação no preço final dos principais materiais de construção civil. Os produtos selecionados referem-se aos que tiveram redução em sua alíquota de IPI.

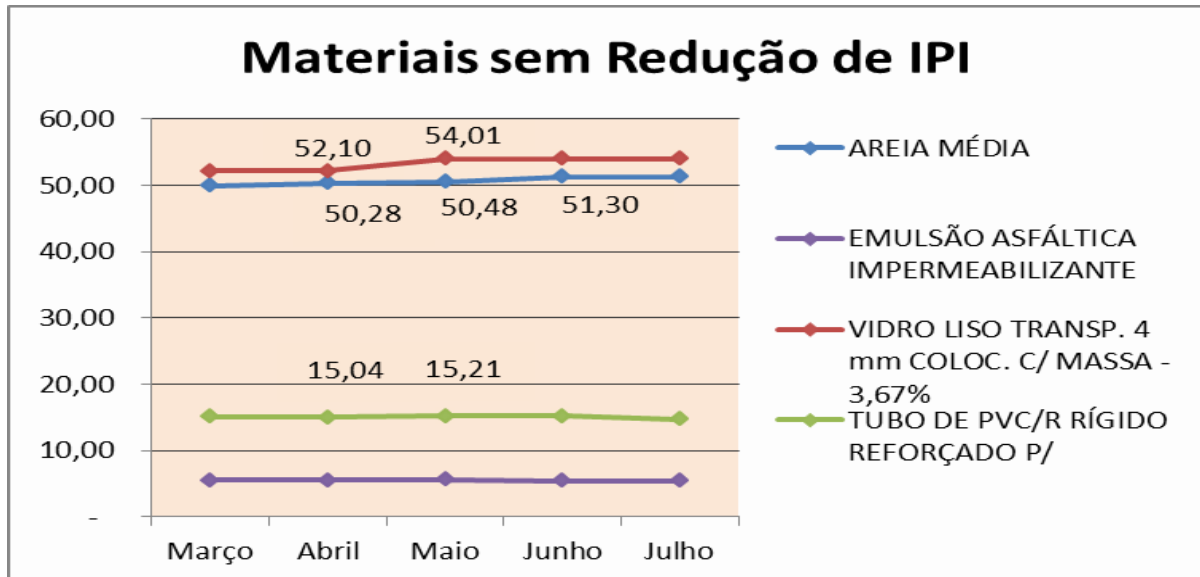


Quadro 19: Variação no Preço de Materiais de Construção com Redução de IPI.

Fonte: Adaptado de Sinduscon Florianópolis (2011)

Na análise do Quadro nº 19, constata-se produtos com variações negativas no preço de custo, como o Tubo de Ferro Galvanizado com Costura, que obteve uma redução de R\$ 0,80 comparado ao mês anterior, o equivalente a 1,32% de redução. O Aço, também apresentou redução no preço, diminuindo R\$ 0,13 ou 2,73% no valor por kg. Além destes, os outros dois produtos evidenciados no Quadro, demonstraram variações negativas, reduzindo seus preços.

No Quadro nº 20, são demonstrados os itens que não estão incluídos no Decreto, e apresentam nos principais produtos selecionados, aumento dos valores no mês de maio.



Quadro 20: Variação no Preço de Materiais de Construção sem Redução de IPI.

Fonte: Adaptado de Sinduscon Florianópolis (2011)

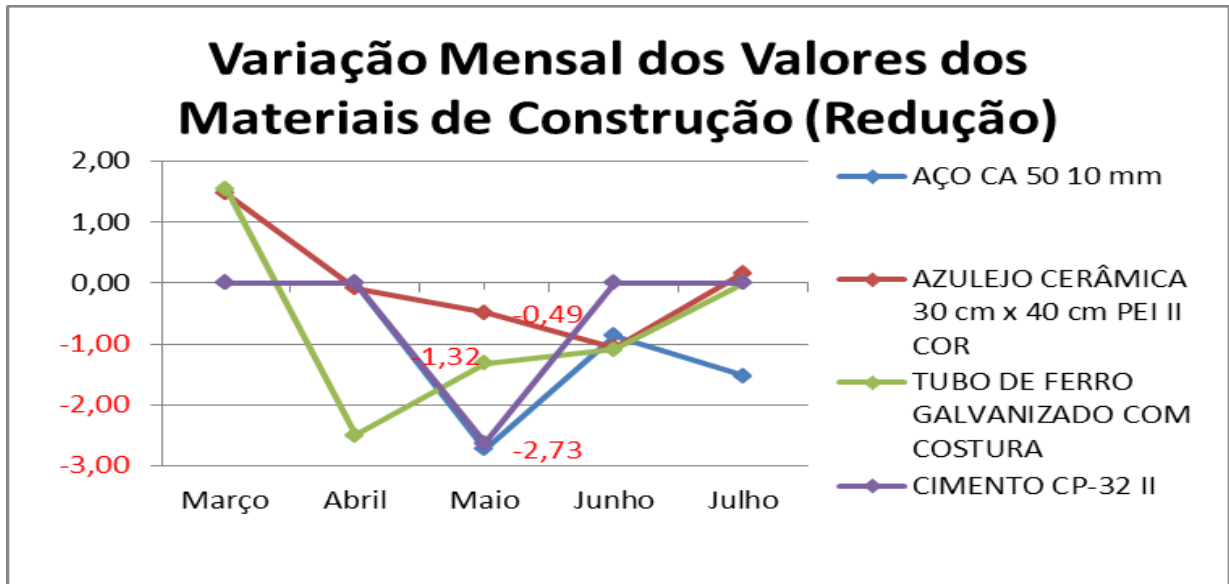
Dentre os produtos que não foram desonerados, o Vidro, foi o que mais teve elevação no preço, com cerca de 3,67% a cada m³, o equivalente a R\$ 1,91. Além deste, no Tubo de PVC houve também majoração relevante, de 1,13% ou R\$ 0,17. Os demais também registraram aumentos, porém, menos acentuados. E em alguns ainda, o valor se mostrou estagnado. O Quadro seguinte, nº 21, apresenta a variação percentual dos itens que compõem o valor do CUB.

Composição do CUB (em %)						
Valor Médio do CUB/m ² (R\$)		954,01	956,66	954,61	983,52	986,14
Materiais	Un	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
AÇO CA 50 10 mm	kg	0,00	0,00	(2,73)	(0,86)	(1,52)
AREIA MÉDIA	m ³	0,73	0,66	0,40	1,62	0,00
AZULEJO CERÂMICA 30 cm x 40 cm PEI II COR	m ²	1,48	(0,08)	(0,49)	(1,06)	0,16
BACIA SANITÁRIA BRANCA C/ CAIXA ACOPLADA	u	0,27	0,23	(0,49)	(1,18)	0,32
BANCADA PIA DE MÁRMORE BRANCO 2 x 0,60 x 2	u	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BLOCO CERÂMICO PARA ALVENARIA VEDAÇÃO	u	0,00	0,00	2,27	0,00	(2,22)
BLOCO DE CONCRETO 19 x 19 x 39 cm	u	0,66	0,00	1,31	3,87	(0,62)
BRITA 2	m ³	2,08	1,67	0,07	0,15	0,00
CHAPA COMPENSADO PLAST. 18 mm 2,20 x 1,10	m ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIMENTO CP-32 II	Kg	0,00	0,00	(2,63)	0,00	0,00
CONCRETO fck=25 MPa abatimento 5±1cm., br. 1 e	m ³	0,42	0,00	(0,94)	0,00	0,00
DISJUNTOR TRIPOLAR 70 A	u	0,00	2,18	0,04	0,14	0,04
EMULSÃO ASFÁLTICA IMPERMEABILIZANTE	Kg	1,86	0,55	1,45	(2,50)	0,00
ESQUADRIA ALUMÍNIO CORRER 2 x 1,40, 4 FLS,	m ²	2,08	(1,05)	0,00	0,00	0,00
FECHADURA INTERNA DE FERRO CROMADO	u	0,00	(0,70)	3,53	(1,59)	(2,45)
FIO DE COBRE ANTICHAMA 750 V, # 2,5 m	m	(1,43)	(1,45)	0,00	(8,82)	0,00
JANELA DE CORRER 1,20 x 1,20 m 2 fls CP	m ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PLACA DE GESSO LISO 60 x 60 cm	m ²	0,00	0,00	0,00	1,33	2,46
PORTA INTERNA SEMI-OCA P/ PINTURA 0,60 x	u	(0,41)	0,14	0,40	0,20	0,00
REGISTRO DE PRESSÃO CROMADO 1/2"	u	0,00	(0,78)	(0,86)	0,44	(0,51)
TELHA FIBROCIMENTO ONDULADA 6 mm 2,44 x	m ²	0,16	(2,00)	0,41	0,16	(0,16)
TINTA Látex PVA	l	0,00	0,00	(0,22)	(0,33)	(0,44)
TUBO DE FERRO GALVANIZADO COM COSTURA	m	1,55	(2,50)	(1,32)	(1,09)	0,00
TUBO DE PVC/R RÍGIDO REFORÇADO P/	m	(0,20)	(0,20)	1,13	(0,20)	(3,03)
VIDRO LISO TRANSP. 4 mm COLOC. C/ MASSA	m ²	0,23	0,00	3,67	0,00	0,00
Mão-de-Obra	Un					
Pedreiro	h	1,18	0,94	0,00	6,48	0,65
Servente	h	0,36	0,00	0,71	8,45	1,62
Custo Administrativo	Un					
Engenheiro	h	0,06	0,63	0,06	5,00	1,35
Equipamento	Un					
Betoneira 320 l	h	0,00	0,98	0,00	0,00	1,93

Quadro 21: Variação Percentual dos Produtos que Compõem o CUB

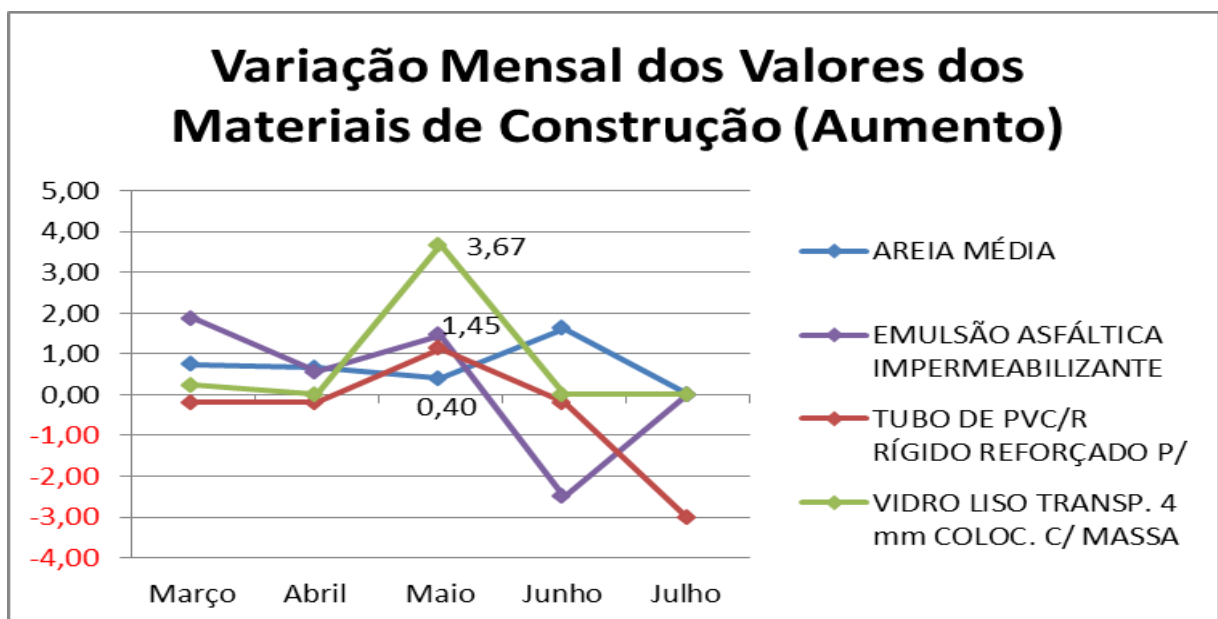
Fonte: Adaptado de Sinduscon Florianópolis (2011)

Após a descrição das variações em percentuais, são apresentados dois gráficos comparativos, abrangendo os materiais com maior influência na Construção Civil. Os Quadros nº 22 e nº 23 firmam uma concepção sobre as variações ocorridas, que são demonstradas percentualmente.



Quadro 22: Variação Percentual no Preço de Materiais para Construção com Redução de IPI.

Fonte: Adaptado de Sinduscon Florianópolis (2011)



Quadro 23: Variação Percentual no Preço de Materiais para Construção sem Redução de IPI.

Fonte: Adaptado de Sinduscon Florianópolis (2011)

Analisando os dados descritos, torna-se possível constatar que os resultados alcançados com a desoneração do IPI para determinados produtos, apresentaram índices favoráveis a Construção Civil. Mesmo não sendo reduzido ao valor estabelecido pelo Decreto nº 6.809/09, os materiais de construção constantes na listagem dos desonerados, em geral, tiveram seus preços menores no mês de maio de 2009, o que seria contrário caso não fossem beneficiados pelo Governo Federal.

Com estes resultados, o custo se torna menor para as construções, fazendo com que, o custo das unidades vendidas seja mais acessível às construtoras e ainda, mesmo se não forem totalmente repassados ao consumidor final, há um significativo estímulo no mercado, aumentando o número de vendas e conseqüentemente a produção de novos empreendimentos para que se possa atender a demanda. Porém é importante ressaltar que, este não é um reflexo apenas de ação da redução do IPI, mais sim de um conjunto de ações.

3.3 O Impacto Econômico-Financeiro no Setor

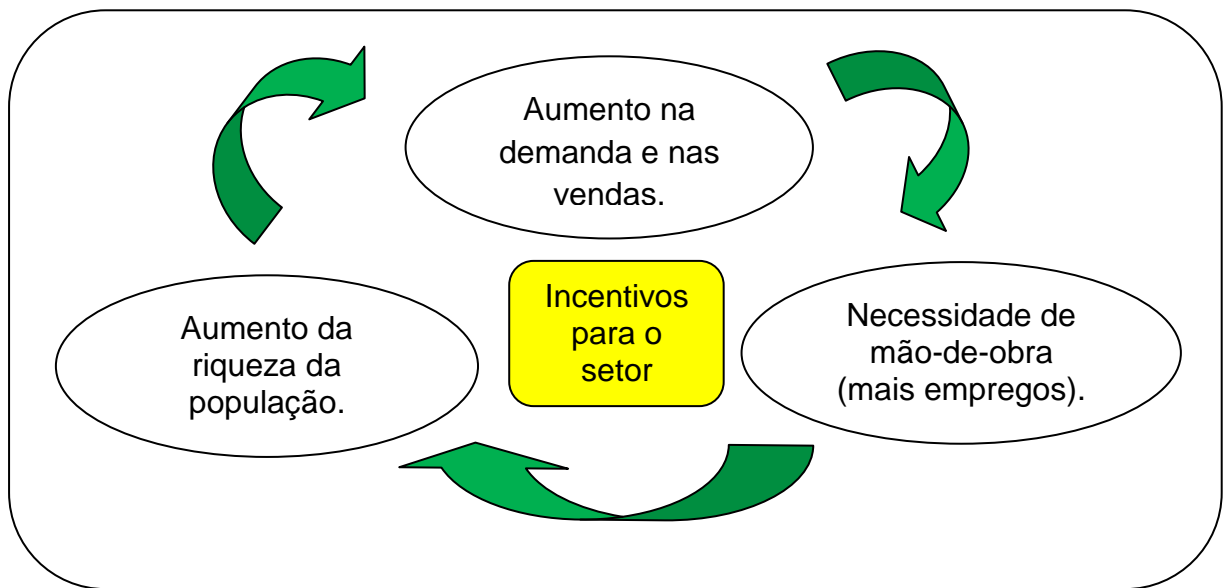
O impacto ocasionado no setor de Construção Civil, devido aos incentivos do Governo Federal, deu-se consideravelmente, pela redução do IPI sobre os materiais de construção, concedido sob o Decreto nº 6.809/09. Conseguindo menor custo pela compra de produtos, empresas do ramo podem oferecer menores preços pela venda de imóveis prontos. Elevando assim, a procura por estes produtos e conseqüentemente a quantidade de venda.

Criado inicialmente para garantir dinâmica no setor durante a crise econômica de 2008/2009, que estava sendo enfrentada no país, os benefícios para a Construção Civil trouxeram um crescimento para o setor, gerando um número maior de empregos no ramo e oferecendo a possibilidade de investimento com mais facilidades a milhares de brasileiros.

Os resultados positivos também tiveram auxílio para o aquecimento e crescimento do setor, das linhas de créditos, como o Programa Minha Casa Minha Vida, que fornece facilidades para aquisição de financiamentos da casa própria,

assim como, concede também de subsídios, que são oferecidos as pessoas mais carentes.

Por estes motivos, a demanda por produtos da Construção Civil, se tornou maior, obrigando as construtoras a empregarem mais funcionários, e excluir da sociedade consideráveis números de desempregos. Com mais pessoas trabalhando e gerando um PIB maior, a riqueza gerada irá permitir mais condições para compra, se tornando um ciclo, como se apresenta no quadro nº 24 a seguir.



Quadro 24: Ciclo Provocado pelos Incentivos no Setor de Construção Civil.

Fonte: Adaptado pela Autora (2011)

Ou seja, quanto mais incentivos que reduzem os preços e concedem facilidades de financiamentos, será maior a necessidade de produtos disponíveis no mercado, necessitando assim, de mais mão-de-obra empregada no setor, e aumentando a riqueza da população, que possuirá maior poder aquisitivo para comprar, e assim sucessivamente.

3.4 Resultados Adquiridos com a Utilização dos Benefícios Fiscais para o Setor de Construção Civil

Mesmo com a elevação de alguns produtos, e a inflação transcorrendo dentro das metas oficiais, o CUB/m² auferiu resultados positivos. Este indicador,

medido com base na variação dos preços de produtos de um mês para o outro, oferece um índice médio de custo por m². Nesta mesma fórmula de cálculo, o CUB/m² apresentou uma queda de 0,21% no mês de maio, sendo este o primeiro após a redução do IPI, dada através do Decreto nº 6.809/09. Esta redução foi alcançada com a junção dos valores de materiais de construção, considerando os reajustes que ocorrem com os preços, à correção inflacionária dos mesmos, e redução do IPI de alguns itens, que gerou assim, uma média no CUB/m² menor considerando o mês anterior.

A desoneração do imposto mantém aquecidas as vendas de materiais de construção, o que permite um crescimento nas atividades das construtoras e altos índices de empregabilidade. Com a redução nos materiais, fica mais barato construir, e com isso mais unidades são construídas, aumentando a demanda das empresas de Construção Civil.

Se os benefícios para a Construção Civil fossem encerrados neste momento, ocasionaria um reflexo imenso no setor, ou seja, no caso dos materiais de construção, os preços aumentariam mais do que o normal, e além da inflação que vem crescendo sempre, seriam acrescidos aos produtos aqueles percentuais, em média 5%, que foram reduzidos lá em 2009. Com isso, os preços iriam aumentar, os financiamentos seriam dificultados e menos imóveis seriam construídos, inclusive aqueles financiados Programa Minha Casa, Minha Vida, que é beneficiado diretamente com o incentivo.

No entanto, esta redução, de acordo com o Decreto nº 6.809/09, tem validade fixada até o final do ano de 2011, já que o mesmo, foi prorrogado por três vezes. Com fim do benefício, poderá ocorrer uma grande desaceleração no crescimento do setor, pois é provável que os preços se elevem drasticamente.

Resumidamente, houve um impacto positivo no setor causado pelos incentivos oferecidos ao setor de Construção Civil, os preços foram reduzidos como apresenta o estudo de caso, e o número de construções se elevou fortemente nos últimos anos. As facilidades de financiamentos, como por exemplo o Programa Minha Casa Minha Vida, também auxiliaram para o forte crescimento no setor, que se deu de forma imediata e continua. Porém, serão necessários estudos nos próximos anos, afim de verificar qual vai ser o impacto no setor com o retorno do imposto, já que o Decreto tem data prevista para acabar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, elaborado com foco na atividade de Construção Civil, abordou os índices econômicos pertencentes ao setor, caracterizando inicialmente a situação econômica no Brasil e sua carga tributária em geral. Além de enfrentar situações difíceis habitualmente, a economia do nosso país ainda passou um por uma crise financeira nos últimos anos. O que ganhou como consequência, um setor econômico estagnado, com a redução nos financiamentos e aumento nos juros, o que resultou em uma queda na produtividade em geral no Brasil.

A fim de estabelecer o nivelamento e gerar um aquecimento na economia, o governo se sentiu na obrigatoriedade de tomar providências para que a crise não prejudicasse ainda mais o país, propondo, no entanto, medidas de fomento a economia e auxiliando os setores que estavam sendo mais castigados. Com isso, o governo permitiu a desoneração de alguns tributos, facilidade de financiamentos e investimentos, juros mais acessíveis, e etc. O que particularmente, acredito que foi resultou em um grande avanço para o país.

As medidas propostas pelo Governo Federal, percebivelmente, trouxeram benefícios ao setor de informática, de eletrodomésticos, de veículos, de construção civil, entre outros. E além das pessoas jurídicas, as pessoas físicas também puderam se beneficiar com os incentivos oferecidos às empresa, sendo possível adquirir produtos por preços menores, com impostos reduzidos e ainda financiados com juros mais baixos.

Adentrando no foco do trabalho, que é a Construção Civil, também foi abordada sua situação econômica no mercado e a carga tributária que atinge o setor. Juntamente com outros setores, a Construção Civil, que é responsável por colocar no mercado de trabalho, parcela significativa de empregos, foi atingida por retrações na atividade econômica, queda nos créditos e na possibilidade de financiamentos, e ainda por índices de desemprego, ocasionados pela crise financeira em meados de 2008. Fato este, que gerou a necessidade de se propor medidas de estímulo a este ramo de atividade.

Com o intuito de aquecer e gerar crescimento econômico ao setor, foram criados mecanismos para tal ato. A lei permitiu a redução e/ou isenção de IPI em alguns materiais de construção, com a finalidade de reduzir o custo dos produtos. E

ainda, maior facilidade de financiamentos para casas e apartamentos, com juros ainda menores do que qualquer outro programa habitacional, e oferecendo subsídios aos mais necessitados. Que foi chamado de Programa Minha Casa – Minha Vida.

O estudo de caso presente neste trabalho foi realizado através de pesquisas no Sinduscon de Florianópolis – SC. Onde apresentou-se os valores dos produtos que formam o CUB - Custo Unitário Básico, que é utilizado como base na formação do custo da Construção Civil. Tais valores foram comparados ante e posterior a data que teve início a vigência do Decreto, que reduzia o IPI de alguns materiais de construção.

Entendo que os resultados apresentados, foram favoráveis ao setor, apresentando índices de redução no valor dos materiais de construção, o que de fato, diminui o custo para as construções, gerando um preço menor e uma busca maior por parte dos clientes para a compra dos produtos oferecidos pelas construtoras. É importante ressaltar também, que a procura na venda e a necessidade de mais produtos no mercado, teve influência em parte, pela aderência facilitada de financiamentos.

Atingindo o objetivo de estudo deste trabalho, perante o que foi exposto, pode-se dizer que a construção civil ganhou força e importância nos últimos tempos, destacando sua atividade industrial a partir de um ciclo de desenvolvimento e crescimento do país. Acredito que o impacto econômico/financeiro causado na Construção Civil pelos incentivos governamentais conseguiu trazer fôlego ao setor, que estava até então, estagnado. Com isso, as empresas do ramo conseguiram alcançar o crescimento, reconhecimento e valorização do setor para o país, ocupando no momento, um papel de grande importância na economia brasileira. Além de empregar grande quantidade de mão-de-obra direta, o setor ainda oferece uma conexão de empregos a outros setores indiretos, tais como os fornecedores de materiais e equipamentos, o que eleva em grande porte, a sustentabilidade do país.

Por fim, diante dos estudos realizados, conclui-se que os incentivos governamentais serviram de grande auxílio aos setores beneficiados, trazendo fortalecimento e crescimento aos mesmos.

REFERÊNCIAS

AMADO, Adriana Moreira; MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. **Noções de Macroeconomia: razões teóricas para as divergências entre economistas.** – Barueri, SP: Monole, 2003.

AMARAL, Gilberto Luiz do; OLENIKE, João Eloi; AMARAL, Letícia Mary Fernandes do; STEINBRUCH, Fernando. **Carga Tributária Brasileira de 2010 Prévia.**

Disponível em:

<http://www.aeb.org.br/userfiles/file/Carga%20Tribut%C3%A1ria%20Brasileira%202010_IBPT.pdf>, Acesso em 28 de abril de 2011.

AMARAL, Letícia Mary Fernandes do. **Brasil Sobe no *Ranking* Mundial dos Países com maior Carga Tributária.** Disponível em:

<http://www.ibpt.com.br/img/_publicacao/13891/189.pdf>, Acesso em 28 de abril de 2011.

ANÁLISE FINANCEIRA. **Dicionário Financeiro.** Disponível em:

<<http://www.analisefinanceira.com.br/interesses/dicionario.htm#T>>, Acesso em 25 de maio de 2011.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação.** 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ANOTÍCIA. **Crise afeta construção civil em SC.** Disponível em:

<<http://www1.an.com.br/2003/jul/03/index.htm>>, Acesso em 21 de abril de 2011.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da Ciência: Filosofia e prática da pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006

AUGUSTO, Thiago. **A Economia Brasileira em 2010.** Disponível

em:<<http://economia.culturamix.com/governo/a-economia-brasileira-em-2010>>, Acesso em 02 de abril de 2011.

BERTOLINO, Robson. **Redução de IPI para construção civil agita o setor.**

Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/reducao-de-ipi-para-construcao-civil-agita-o-setor/29092/>>, Acesso em: 21 Abril 2011. Acesso em 06 de maio de 2011.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 459, de 25 de março de 2009**, que Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Mpv/459.htm>, Acesso em 06 de maio de 2011.

BRASIL. **Decreto - Lei Nº 288 de 28 de fevereiro de 1967**, que Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/Del0288.htm>>, Acesso em 03 de abril de 2011.

BRASIL. **Decreto nº 5.906 de 26 de setembro de 2006**, que Regulamenta o art. 4º da Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004, os arts. 4º, 9º, 11 e 16-A da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 8º e 11 da Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001, que dispõem sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologias da informação. Alterado pelo Decreto nº 6.405, de 19 de março de 2008. Alterado pelo Decreto nº 7.010, de 16 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/decretos/2006/dec5906.htm>>, Acesso em 03 de abril de 2011.

BRASIL. **Decreto nº 6.825 de 17 de abril de 2009**, que Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6825.htm>, Acesso em 03 de abril de 2011.

BRASIL. **Decreto nº 6.809 de 30 de março de 2009**, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6809.htm>, Acesso em 03 de abril de 2011.

BRASIL. **Lei Nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964**, que Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4591.htm>>, Acesso em 15 de maio de 2011.

BRASIL, **Lei Nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004**, que Altera a Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei no 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dispoendo sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11077.htm>, Acesso em 03 de abril de 2011.

BRASIL. **Lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009**, que Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>, Acesso em 06 de maio de 2011.

CAIXA. **Habitação**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/habitacao/aquisicao_residencial/novo/carta_cred_fgts/index.asp> Acesso em 06 de maio de 2011.

CAIXA, **Minha Casa Minha Vida**. Disponível em:
<http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/CARTILHACOMPLETA.PDF>
, Acesso em 06 de maio de 2011.

CESAR - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife. **Manual de Incentivos à Inovação**. Disponível em:
<http://www.cesar.org.br/site/files/uploads/2010/01/manual_howto_port_final210909.pdf>, Acesso em 28 de abril de 2011.

CGU – Controladoria Geral da União. **Sobre a OCDE: Informações Gerais**. Disponível em <<http://www.cgu.gov.br/ocde/sobre/informacoes/index.asp>>, Acesso em 24 de maio de 2011.

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. **Breves considerações sobre o conceito de políticas públicas e seu controle jurisdicional**. Disponível em:
<<http://jus.uol.com.br/revista/texto/7254/breves-consideracoes-sobre-o-conceito-de-politicas-publicas-e-seu-controle-jurisdicional>> Acesso em 14 de maio de 2011.

CUSTO UNITÁRIO BÁSICO – INDICADOR DOS CUSTOS NO SETOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL. **CUB Médio Brasil**. Disponível em:
<<https://www.cub.org.br/>>, Acesso em 18 de maio de 2011.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Significado de Parafiscal**. Disponível em
<<http://www.dicio.com.br/parafiscal/>>, Acesso em 23 de maio de 2011.

DIESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Apesar da crise, construção civil teve desempenho positivo em 2009**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/boletimConstrucaoCivil0310.pdf>>, Acesso em 14 de abril de 2011.

DIESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Principais Aspectos do Programa de Aceleração do Crescimento. Disponível em:**
<<https://www.dieese.org.br/assinante/download.do?arquivo=notatecnica/notatec41PAC.pdf>>, Acesso em 28 de abril de 2011.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina em Dados / Unidade de Política Econômica e Industrial**. -Florianópolis: FIESC, 2010. 136p. Disponível em:
<<http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/site/pei/produtos/show/id/46>>, Acesso em 19 de maio de 2011.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina em Dados / Unidade de Política Econômica e Industrial**. -Florianópolis: FIESC, 2009. 136p. Disponível em:
<<http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/site/pei/produtos/show/id/46>>, Acesso em 19 de maio de 2011.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina em Dados / Unidade de Política Econômica e Industrial**. -Florianópolis: FIESC, 2010. 152p. Disponível em: <<http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/site/pei/produtos/show/id/46>>, Acesso em 19 de maio de 2011.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **CUB-SC**. Disponível em: <<http://www.sindusconcricuma.com.br/>>, Acesso em 20 de maio de 2011.

G1 – Portal de Notícias da Globo. **Governo anuncia isenção de IPI sobre carros 1.0**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Carros/0,,MUL919813-9658,00-GOVERNO+ANUNCIA+ISENCAO+DE+IPI+Sobre+CARROS.html>>, Acesso em 19 de abril de 2011.

GRANER, Fabio. **Resultados do PAC são melhores do que o previsto, diz Mantega**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,resultados-do-pac-sao-melhores-do-que-o-previsto-diz-mantega,113177,0.htm>>, Acesso em 01 de maio de 2011.

ICONE – Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais. **Organização Mundial de Comércio (OMC)**. Disponível em: <<http://www.iconebrasil.org.br/pt/?actA=16&arealD=14&secaoID=29&palavraID=375>>, Acesso em 23 de maio de 2011.

INTERNATIONAL BUSINESS TIMES. **Lehman Brothers**. Disponível em: <<http://br.ibtimes.com/topics/detail/279/lehman-brothers/>>, Acesso em 23 de maio de 2011.

JORNAL NACIONAL. **Governo anuncia balanço do programa Minha Casa, Minha Vida**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/12/governo-anuncia-balanco-do-programa-minha-casa-minha-vida.html>>, Acesso em 06 de maio de 2011.

LIMA, Eduardo Campos. **Fardo reduzido: construção civil consegue reduções na carga tributária, mas entidades avaliam que tributação ainda está longe do razoável**. Disponível em: <<http://revista.construcaomercado.com.br/negocios-incorporacao-construcao/89/imprime120528.asp>>, Acesso em 23 de out. de 2010.

MANTEGA, Guido, **Governo Anuncia Redução de IPI Para Linha Branca e mais Materiais De Construção**. Disponível em: <<http://www.abril.com.br/noticias/economia/governo-amplia-lista-produtos-construcao-terao-ipi-zero-450203.shtml>>, Acesso em 05 de abril de 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Profissional. Área Profissional: Construção Civil**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/constciv.pdf>>, Acesso em de 01 maio de 2011

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010**. Disponível em:

<<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2007/r130307.pdf>>, Acesso em 01 de maio de 2011.

MOREIRA, Leandro. **Economia Deslança no Segundo Semestre**. Disponível em: <<http://economia.culturamix.com/medidas/economia-deslanca-no-segundo-semester>>, Acesso em 07 de maio de 2011.

OGLOBO, Portal de Notícias. **Governo prorrogará redução de IPI para construção até dezembro de 2011**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/morarbem/mat/2010/11/29/governo-prorrogara-reducao-de-ipi-para-construcao-ate-dezembro-de-2011-923136843.asp>>, Acesso em: 21 de abril de 2011.

OLIVEIRA, Guilherme. **Falta de crédito é a maior consequência da crise americana para o Brasil, diz Mantega**. Disponível em: <<http://comexgui.wordpress.com/2008/10/03/falta-de-credito-e-a-maior-consequencia-da-crise-americana-para-o-brasil-diz-mantega/>> Acesso em 07 de maio de 2011.

Olmos, Marli e Marta Watanabe. **Venda recorde de veículos compensa redução de IPI**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/2138910/venda-recorde-de-veiculos-compensa-reducao-de-ipi>>, Acesso em 19 de abril de 2011.

PEDROZO, Soraia Abreu. **Brasil é o 14º País que mais cobra Impostos no Mundo**. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/News/5847529/brasil-e-o-14-pais-que-mais-cobra-impostos-no-mundo.aspx>>, Acesso em 28 de abril de 2011.

PENA, Brenda Marques. **Plano de Aceleração do Crescimento privilegia investimento em energia**. Disponível em: <http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=547&Itemid=51>, Acesso em 01 de maio de 2011.

POBLETE, Maurício. **Política Fiscal**. Disponível em: <<http://www.mauriciopoblete.com.br/economia/politicas-macroeconomicas/politica-fiscal/>>, Acesso em: 22 de abril de 2011.

PORTAL DA CLUBE. **Balanço do Programa Minha Casa, Minha Vida aponta dados positivos**. Disponível em: <<http://portaldaclube.globo.com/noticia.php?hash=9fcf4232f750737b1d66c80bd95b766d&id=33845>> Acesso em 06 de maio de 2011.

PORTAL DA EMPRESA. **Economia Social**. Disponível em: <<http://www.portaldaempresa.pt/cve/pt/areasdeinteresse/economiasocial/>>, Acesso em 23 de maio de 2011.

R7 – Portal de Notícias. **Saiba o que é PIB e o que ele significa na sua vida**. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/economia/noticias/saiba-o-que-e-pib-e-o-que-ele-significa-na-sua-vida-20091210.html>>, Acesso em 09 de maio de 2011.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Carga Fiscal 1998 - Considerações Iniciais.**

Disponível em:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/Carga_Fiscal/1998/Consideracoes.htm>, Acesso em 07 de maio de 2011.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Download dos arquivos da TIPI.** Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Alíquotas/DownloadArqTIPI.htm>>, Acesso em 27 de maio de 2011.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Estímulo ao Crédito e ao Financiamento.**

Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/medidas-institucionais-e-economicas/estimulo-ao-credito-e-ao-financiamento>>,

Acesso em 01 de maio de 2011.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Investimentos em Infraestrutura para o Desenvolvimento Econômico e Social.** Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/pac/o-pac/investimentos-em-infraestrutura-para-o-desenvolvimento-economico-e-social>>, Acesso em 01 de maio de 2011.

RIBEIRO, José Luíz. **Construção Civil: breve análise.** Disponível em:

<<http://www.administradores.com.br/informe-se/producao-academica/construcao-civil-breve-analise/3822/>>, Acesso em 16 de abril de 2011.

RODRIGUES, Willian Costa. **Metodologia Científica.** Disponível em:

<http://professor.ucg.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3922/material/Willian%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf>, Acesso em 20 de maio de 2011.

SENGE - **Sindicato dos Engenheiros no Estado de Goiás.** Disponível em:

<<http://www.senge-go.org.br/setor-da-construcao-civil-tem-a-melhor-fase-em-25-anos/>>, Acesso em 19 de abril de 2011.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Custo Unitário Básico (CUB/m²): principais aspectos.** Belo Horizonte: SINDUSCON-MG, 2007. 112p.

SINDUSCON GRANDE FLORIANÓPOLIS. **Custo Unitário Básico de Edificações Residenciais, Comerciais E Industriais – Janeiro/2008.** Disponível em:

<<http://www.sinduscon-fpolis.org.br/index.asp?dep=57>>, Acesso em 20 de maio de 2011.

SUFRAMA – **Superintendência da Zona Franca de Manaus.** Disponível em:

<<http://www.suframa.gov.br/index.cfm>>, Acesso em 03 de abril de 2011.

UOL – Portal de Notícias. **Conheça as medidas de redução de impostos anunciadas pelo governo.** Disponível em:

<<http://economia.uol.com.br/ultnot/2009/03/30/ult4294u2418.jhtm>>, Acesso em: 21 de abril de 2011.

UOL – Portal de Notícias. **Entenda como o PIB é calculado.** Disponível em:
<<http://economia.uol.com.br/ultnot/2008/03/12/ult4294u1118.jhtm>>, Acesso em 09 de maio de 2011.

